



O caso da cidade mineira de Itaúna entre a
patrimonialização histórico-cultural e a segregação
sócio-espacial

DINÂMICAS HISTÓRICAS NA APROPRIAÇÃO DE UM LUGAR

Talita Alves Morais e Rabelo

ISBN: 978-85-7267-082-1

Autor

Talita Alves Morais e Rabelo

Co-autores

Dr. Sávio Tadeu Guimarães

Dra. Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima

1ª Edição

EQUIPE EDITORIAL**Reitor**

Getúlio Américo Moreira Lopes

Revisão gramatical e idioma

Autores

Normatização

Biblioteca Reitor João Herculino

Projeto gráfico

Talita Alves Morais e Rabelo

Coordenação geral acadêmica

Prof. Dra. Eliete de Pinho Araujo

Comissão técnico-científica

Prof. Dr. Sávio Tadeu Guimarães, Centro Universitário de Brasília, Brasília/DF, Brasil
Profa. Dra. Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima, Universidade do Brasil, São Paulo/SP, Brasil.

Prof. Dr. Afonso Cavichioli Carmona, Centro Universitário de Brasília, Brasília/DF, Brasil

Profa. Dra. Maria José de Resende Ferreira, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, Brasil.

O livro foi revisado e avaliado por pares.

Grupo de pesquisa

Cidade e habitação, novas perspectivas

Linha de pesquisa

Teoria, História e Projeto de Habitação

Disponível em: <http://www.repositorio.uniceub.br>

Ficha de identificação da obra

R117d	<p>Rabelo, Talita Alves Morais e</p> <p>Dinâmicas históricas na apropriação de um lugar: o caso da cidade mineira de Itaúna entre a patrimonialização histórico-cultural e a segregação socioespacial / Talita Alves Morais e Rabelo – Brasília, 2022.</p> <p>ISBN: 978-85-7267-082-1</p> <p>Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo 2022 – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2022.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Sávio Tadeu Guimarães Co-Orientadora: Profa. Dra. Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima</p> <p>1. Planejamento Urbano. 2. Patrimônio Cultural. 3. Estigmas Sociais 4. Itaúna. I. Título II. Autor</p> <p>CDD: 711.13</p>
-------	--

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

SOBRE OS AUTORES

Talita Alves Morais e Rabelo

Arquiteta Urbanista. Mestre em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo (financiamento CAPES). Especialização em Análises Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (2020) - pesquisa em patrimônio natural e misto. MBA em História da Arte (2019) - pesquisa em patrimônio cultural na formação dos espaços. Capacitação em patrimônio cultural e imaterial pelo IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais). Tecnóloga em Gestão Pública 2015 (FGV.) Pesquisadora na área de Concentração: Cidade e Habitação e linha de pesquisa: Teoria, História e Projeto de Habitação. Pesquisadora em diversos grupos de pesquisa (registrados no diretório CNPQ) e vinculados ao Centro Universitário de Brasília: Cidade e Habitação, Novas Perspectivas Direito Público e Política Urbana, Situ-AÇÕES - a espacialidade contemporânea em questão, e Brasília: arquitetura, habitação e espaço urbano. Consultora em política pública cultural e de proteção do patrimônio cultural e natural. Atualmente Assessora Técnica na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH/GDF), na qual atua em políticas urbanas, principalmente focadas em regularização fundiária.

Sávio Tadeu Guimarães

Pós-doutorado em Sociologia em andamento na Universidade da Coruña (UDC) e pós-doutorado em Arquitetura e Urbanismo concluído na Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ) em intercâmbio com a Universidade Nova de Lisboa (UNL). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense de Niterói (UFF). Especialista em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). No âmbito do Ensino foi docente dos cursos de graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, de Centros Universitários do Grupo Anima Educação em Belo Horizonte, do Instituto Planalto em Brasília, bem como dos cursos de graduação e mestrado do Centro Universitário de Brasília. No âmbito da Pesquisa, além de atuar como revisor ad hoc, é criador do Grupo de Pesquisa situ-AÇÕES e membro do Laboratório de Pesquisas LESTE IPPUR-UFRJ, vem se concentrado na produção e orientação de investigações bem como na organização de publicações entre duas linhas de interesse consideradas complementares: uma delas voltada à influência das novas tecnologias de informação como meios de concepção, preservação e divulgação de obras arquitetônicas e urbanísticas emergentes na contemporaneidade ou alçadas ao status de patrimônio cultural; outra delas voltada a processos socioculturais e político-econômicos desdobrados de intervenções promovidas sobretudo no espaço urbano de grandes e pequenas cidades. No âmbito da Extensão, além de projetos afins orientados na graduação ou participados como voluntário, tem experiência como consultor do patrimônio cultural em cidades do Estado de Minas Gerais, como analista de gestão e preservação do patrimônio cultural pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) e atua como membro da Society for the Protection of Ancient Buildings (SPAB London) e do International Council of Monuments and Sites (ICOMOS-Brazil UNESCO).

Dedico este trabalho ao Alexandre Rabelo, meu marido, ao João Pedro Rabelo, meu filho e à Élvia Pereira, minha mãe, que são meus maiores companheiros, incentivadores e inspirações para que eu siga tentando ser uma pessoa melhor. Sou grata por todo apoio, parceria e compreensão, em especial por sempre acreditarem em mim e nos meus sonhos.

A vocês, todo o meu amor.

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido e ao meu filho por toda parceria, apoio e compreensão durante essa jornada. À minha mãe, que participou ativamente de toda a pesquisa, sendo meu apoio, meus olhos e ouvidos em Itaúna, que é a cidade foco desta pesquisa. Ao meu orientador, Professor Doutor Sávio Guimarães, pela paciência, gentileza e pela disposição na condução deste trabalho. À minha coorientadora, Professora Doutora Leonice Domingos, que seu olhar social enriqueceu meu trabalho e me guiou para uma arquitetura mais humana dos espaços. Ao Professor Doutor Carmona e à Professora Dra. Maria José, que gentilmente aceitaram participar da minha banca, compartilhando seus conhecimentos. À professora Dra. Aline Zim, à professora Me. Ana Carolina Drumond e à professora Me. Joyce Mendonça “Fatah” pela amizade, pelas palavras de incentivo e pelos ensinamentos. Vocês são minhas inspirações para meu exercício na docência. À minha querida amiga de estudo, Juliana Linder, que compartilhou comigo as angústias e as alegrias desse longo caminho. Ao generoso amigo Juliano Alves, por dividir seus conhecimentos comigo. A todos os que contribuíram para este estudo, seja como amigo, seja como participantes da pesquisa, entrevistados ou colaboradores.

“Ser Mineiro é dizer ‘uai’, é ser diferente, é ter marca registrada, é ter história.”

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

Este trabalho apresenta como objeto de estudo a relação entre momentos e passagens históricas locais com sua arquitetura, descrevendo como esse vínculo influenciou o planejamento urbano. Por meio dessa relação, percebeu-se como os patrimônios material e imaterial foram decisivos para a criação de áreas de diretrizes especiais, exemplificado pelo estudo de caso na cidade mineira de Itaúna, na qual um momento histórico identificado como gatilho de modificação do uso e da ocupação do espaço urbano e, que pode promover tanto a valorização como a depreciação imobiliária nas regiões onde se desencadeiam. Nesse contexto a pesquisa evidenciou o patrimônio histórico como parte da produção cultural do homem, com reflexo na arquitetura e no urbanismo. Como objetivo buscou-se entender como as dimensões patrimonial, cultural, simbólica e geográfica afetaram aspectos de desenvolvimento e configuração urbana e, compreender o processo de constituição dos elementos do espaço que colaboram no entendimento da ação humana sobre o território. Para validação da hipótese buscou-se as dimensões geográfica, funcional e econômica articulados com os valores patrimoniais, simbólicos e culturais. Trata-se de estudo realizado em perspectiva multimetodológica com fundamentação analítica e teórico-filosófica crítica, assentada na sistematização de dados coletados em fontes secundárias como dados históricos, estudo documental e fontes primárias em observação sistemática orientada da realidade, entrevistas e relatos da realidade vivida. A pesquisa demonstra que as relações simbólicas e geográficas dos grupos sociais com o desenvolvimento urbano da cidade e como ocorre a polarização da área.

Palavras-chave: planejamento urbano; patrimônio cultural; estigmas sociais; Itaúna; Minas Gerais.

ABSTRACT

This paper presents as an object of study the relationship between local historical moments and passages and architecture, describing how this link influenced urban planning. Through this relationship, we can see how material and immaterial heritage are decisive for the creation of areas of special guidelines, exemplified by the case study in the city of Itaúna in Minas Gerais. The question analyzed refers to the historical moment identified as a trigger for modification of the use and occupation of urban space, which can promote both real estate appreciation and depreciation in the regions where they are triggered. In this context, the research highlights the historical heritage as part of the cultural production of man, with an impact on architecture and urbanism. The objective is to understand how the patrimonial, cultural, symbolic and geographic dimensions affect aspects of urban development and configuration, and to understand the process of constitution of space elements that collaborate in the understanding of human action on the territory. allow us to understand the reasons for human action on the territory. To validate the hypothesis, the geographic, functional and economic dimensions articulated with heritage, symbolic and cultural values were sought. This is a study carried out in a multi-methodological perspective with critical analytical and theoretical-philosophical foundations, based on the systematization of data collected from secondary sources such as historical data, documental study and primary sources in guided systematic observation of reality, interviews and reports of the lived reality. The research demonstrates the symbolic and geographic relationships of social groups with the urban development of the city and how the polarization of the area occurs.

Keywords: urban planning; cultural heritage; social stretch; Itaúna; Minas Gerais.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Alamedas de Paris, Projeto de Haussmann.....	22
Figura 2 - Ramblas em Barcelona.....	22
Figura 3 - Cidade Radiante	23
Figura 4 - Comunidade dos Arturos – 2014.....	33
Figura 5 - Vista aérea Palmanova	35
Figura 6 - Lixão Estrutural	36
Figura 7 - Mapa Centro-Oeste Mineiro – ênfase município de Itaúna	42
Figura 8 - Linha do Tempo da Cidade de Itaúna/MG.....	42
Figura 9 - Transcrição da autorização de construção da Matriz de Santana.....	44
Figura 10 - Itaúna em Décadas – Rua Getúlio Vargas	45
Figura 11 - Esquema de localização das Igrejas	46
Figura 12 - Missa Campal após demolição da antiga Igreja do Rosário	47
Figura 13 - Reinado em Itaúna, década de 1950 – Acervo Museu Municipal Francisco Manoel Franco, Itaúna/MG.....	51
Figura 14 - Reinado de Itaúna, década de 1950 – Acervo Museu Municipal Francisco Manoel Franco, Itaúna/MG.....	51
Figura 15 - Dona Sãozinha – Rainha maior do Reinado Itaúna	53
Figura 16 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário – 1948	53
Figura 17- Igreja do Rosário – Alto do Rosário – 2014.....	54
Figura 18 - Igreja do Rosário – Alto do Rosário – 2021.....	54
Figura 19 - Altar-mor da Igreja Nossa Senhora do Rosário (único exemplar do barroco na cidade) – 2010	55
Figura 20 - Antiga Igreja do Rosário – demolida para a construção da nova Igreja de Nossa Senhora do Santana	56
Figura 21 - Local de retirada das pedras para fundação da Matriz de Santana	57
Figura 22 - Pedra Fundamental na nova Igreja de Santana.....	58
Figura 23 - 1ª etapa da construção da nova Igreja de Nossa Senhora de Santana – 1935	58
Figura 24 - 1ª etapa da construção da nova Igreja de Nossa Senhora de Santana – 1935	58
Figura 25 - Instalação do telhado da nova Igreja de Nossa Senhora de Santana – 1935	59

Figura 26 - Igreja Nossa Senhora de Santana – 1938	60
Figura 27 - Igreja Nossa Senhora de Santana – 1934	60
Fonte: acervo Paróquia de Santana (1938).Figura 28 - Praça da Matriz – 1960	60
Figura 29 - Sino Brasil Império	62
Figura 30 - Travessa Cel. Arthur Vilaça (vista antiga da Igreja do Rosário – demolida – acesso ao Alto do Rosário, onde, na época, ficava a Igreja da Matriz	62
Figura 31 - Festa Reinado – celebração que se iniciou em 1853 com a troca dos oragos – 2015	66
Figura 32 - Entrada da Igreja do Rosário para receber a Santa.....	66
Figura 33 - Festa do Reinado.....	67
Figura 34 – Delimitação das Áreas Centrais de Diretrizes Especiais.....	70
Figura 35 - Vista aérea Avenida Jove Soares “Prainha”, 2016	72
Figura 36 - Bloco “Deu no que deu” – Carnaval 2021	72
Figura 37 - Bloco “Deu no que deu” – Carnaval 2021	73
Figura 38 - Entrevistas	89
Figura 39 – Feirart, 2022.....	87
Figura 40 – Vista Cruzeiro e Igreja do Rosário.....	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de domicílios	73
Gráfico 2 - Rendimento nominal mensal	74
Gráfico 3 - Média anos de estudo	75
Gráfico 4 - Média número de moradores.....	76
Gráfico 5 - Abastecimento de água – Alto Rosário %.....	76
Gráfico 6 - Abastecimento de água – Praça Matriz %	77
Gráfico 7 - Domicílios sem banheiro %	77
Gráfico 8 - Domicílios com 2 ou mais banheiros %	78
Gráfico 9 - Terreno nem próprio e nem cedido	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Equipamento Urbano.....	83
Quadro 2 – Arborização e Calçadas.....	86
Quadro 3 – Comércio e Serviços	88
Quadro 4 - Largos e Praças	90
Quadro 5 - Instituições Culturais e Educacionais	94
Quadro 6 - Acessibilidade	96
Quadro 7 - Segurança.....	98

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Problema	16
1.2 Justificativa	16
1.3 Objetivos	17
1.3.1 Objetivo Geral	17
1.3.2 Objetivos Específicos	17
1.4 Hipótese	18
1.5 Metodologia	18
1.6 Revisão de Literatura	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA	21
2.1 Categorias de Pensamentos	21
2.1.1 Cidades e Urbanismo	21
2.1.2 O Espaço e a Sociedade	25
2.1.3 Cultura e Patrimônio.....	28
2.1.4 Identidade e Estigma Socioterritorial.....	31
2.1.5 Espaços Estigmatizados	35
3 ESTUDO DE CASO: CENTRALIDADE EM ITAÚNA	41
3.1 Contexto histórico-social	41
3.1.1 O Lugar e a Cidade	41
3.1.2 Itaúna e a Religiosidade	47
3.1.3 O Ano de 1853	50
3.1.4 A Nova Igreja da Matriz	55
3.1.5 Inversão de Polaridade na Assimilação Sociocultural Local.....	62
4 ANÁLISE	68
4.1 Legislação	68
4.2 Censo IBGE 2010	71
4.3 Explorações e relatos locais	79
4.3.1 Equipamento Urbano.....	82
4.3.2 Arborização e calçadas	85
4.3.3 Comércio e Serviços	87
4.3.4 Praças e Largos	89
4.3.5 Instituições Culturais e Educacionais	93

4.3.6 Acessibilidade.....	95
4.3.7 Segurança.....	97
5 CONCLUSÃO.....	101
REFERÊNCIAS.....	105
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	110
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	113

1 INTRODUÇÃO

A questão fundamental para este estudo consistiu no estabelecimento de relações entre fatos histórico-culturais e as alterações urbanas no tecido das cidades. Quanto a pesquisas urbanas, é comum que estas abordem as mudanças nas configurações das cidades relacionadas a aspectos de valorização imobiliária devido a novos empreendimentos, áreas de expansão, alteração de uso ou proximidade com áreas irregulares, ambientais ou com algum tipo de restrição.

O que se buscou com esta pesquisa, no entanto, foi descortinar um estágio anterior a essas configurações citadas, que têm origem na vida social de seus habitantes, independentemente de ações públicas ou políticas governamentais destinadas ao território ou motivadas pela especulação imobiliária. Em outras palavras, partiu-se do pressuposto que hábitos e relações de poder e dominação, além de tensões entre grupos sociais, também interferem na configuração das cidades e, posteriormente, esta moldará os hábitos e os costumes urbanos.

O estudo histórico não é novidade na percepção da caracterização da espacialidade urbana. O que motivou a ocupação dos morros da capital carioca? O que motiva a vida das populações ribeirinhas? Qual a origem dos quilombos que ainda resistem ao desenvolvimento urbano das grandes cidades? São exemplos de ocupações espaciais diretamente vinculadas a aspectos históricos, econômicos e sociais, assim como exemplos de ocupações espaciais e fenômenos urbanos diretamente vinculados aos referidos aspectos que só podem ser explicados mediante estudos do perfil social e cultural de determinadas cidades e suas implicações.

De forma exemplificativa, pode-se mencionar o caso de um centro comercial e cultural formado por 14 prédios na área central de Brasília. O conjunto é popularmente conhecido como CONIC (Setor de Diversões Sul – SDS), que resiste a todas as melhorias e atrativos do mercado imobiliário da região, mantendo-se como uma área pouco valorizada, marginalizada pelas altas classes sociais da cidade, além de representar pouca atratividade para o mercado de diversões do Distrito Federal. Certamente tal situação só pode ser entendida por meio da análise de outros fatores que transcendem a relação de implantação espacial, assim como o estudo de caso que ora revelamos como eixo orientador da pesquisa. Esse norteador pode ser extraído de Lynch *et al.* (1960, p. 12), que afirma:

Olhar para a cidade pode dar um prazer especial, por mais comum que possa ser o panorama. Como obra arquitetônica, a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala; uma coisa só percebida no decorrer de longos períodos de tempo. O *design* de uma cidade é, portanto, uma arte temporal, mas raramente pode usar as sequências controladas e limitadas das outras artes temporais, como a música, por exemplo.

Desta forma, esse caráter diversificado da cidade, multifacetado, exige conhecimento multidisciplinar para seu efetivo planejamento, como o estudo e o entendimento de várias frentes, não apenas físicas, brutas e primitivas, mas também sociológicas, antropológicas e comportamentais.

Buscou-se, então, apresentar a relação entre momentos ou passagens históricas locais e a arquitetura, descrevendo como esse vínculo influenciou a configuração urbana de duas regiões limítrofes na área central da cidade de Itaúna, no Centro-Oeste Mineiro, que, apesar de propínquas, são divergentes em questões socioeconômicas, havendo um abismo entre planejamento urbano e qualidade de vida.

Santos (2002) destaca que a natureza do espaço geográfico é um conjunto indissociável, complementar e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ação. Não obstante, outros estudiosos, como Lefebvre (1996), defendiam que o espaço social é diferente do espaço geográfico. Porém, é fundamental observar o espaço como uma totalidade resultante de um complexo entrelaçamento do concreto e do abstrato.

Por meio dessa relação, investigamos, recorrendo à análise de documentos históricos, à observação de campo e ao estudo documental, quão relevante foi a existência de um patrimônio material e imaterial na criação de áreas de diretrizes especiais (ADE) que tiveram seu uso modificado ao longo do tempo, bem como a respectiva ocupação, e, até mesmo, que sofreram alterações quanto à sua valorização e depreciação imobiliária.

O texto evidencia o patrimônio cultural de modo a ser possível percebê-lo como parte da produção cultural do homem com reflexo na arquitetura e urbanismo. Segundo Alcântara (2001, p. 42),

[...] há intervenções que minimizam, há intervenções que neutralizam, há intervenções que acrescentam, há intervenções que desfiguram ou destroem. Há uma escala muito clara da manipulação de valor. Acho que há uma lei básica em qualquer critério de

intervenção: se você acrescenta valor, ótimo. Se você tira valor, modifica certos valores – todo o monumento tem vários valores, o valor não é único – você tem que fazer um ponto de encontro para ver se o saldo é positivo ou negativo.

Por diversos motivos, alguns grupos, com particularidades que os tornam diferentes de outros em alguns aspectos, tornam-se alvos de exclusão social, deixando-os à margem da sociedade e sem credibilidade. Estes estigmas reduzem o indivíduo, surtindo um efeito de grande descrédito não apenas de maneira pontual, mas atingindo grandes grupos, até mesmo a localidade em que estes estão inseridos.

Estigma social é definido como traço ou sinal que designa o indivíduo como indigno ou sem relevância. Essa percepção é afirmada por Goffman (1988), que define o estigma como a situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena.

No estudo de caso presente neste trabalho, observou-se que a alteração de oragos (santo padroeiro de uma igreja), de maneira interesseira e elitizada, mudou a sistemática da cidade e a polarização, transformando uma área sacra (a parte alta da centralidade) em uma área profana, desde os usos às nomeações. Em contraponto, a parte baixa da cidade se transformou na área nobre. Assim, esta pesquisa exemplificou essas duas áreas de diretrizes especiais (ADE Alto Rosário e ADE Praça da Matriz) na cidade de Itaúna, em Minas Gerais, nossos eixos norteadores do presente trabalho.

Em resumo, acrescentou-se uma nova dimensão sobre o entendimento da arquitetura da cidade: a dimensão da vida social, permeada por hábitos e costumes, cujo valor simbólico extrapola os ditames físicos e resulta em produtos “patrimoniais” consumidos e perpetuados na vida urbana. Esta, que podemos batizar de dimensão patrimonial – para efeitos deste estudo –, complementará outras tantas dimensões amplamente abordadas nos trabalhos arquitetônicos, a saber: dimensão funcional, econômica, referencial, ambiental, histórica e emocional.

Os resultados a serem obtidos a partir da metodologia proposta permitirão identificar os elementos morfológicos urbanos responsáveis por alterações na paisagem construída que causaram significativas mudanças no cenário da cidade, podendo ser aplicados a outras configurações urbanas, e até mesmo de forma simbólica e estigmatizada do espaço.

1.1 Problema

Os processos histórico-culturais em estudo foram determinantes na atual configuração urbana da cidade?

1.2 Justificativa

A construção da análise histórica da cidade de Itaúna, aqui apresentada, mostra-se relevante localmente, visto que existem poucos estudos acadêmicos sobre ela, sendo que os existentes focam nas manifestações culturais sem, contudo, aprofundar-se em suas origens e contradições, nem em sua influência na configuração urbana e nas relações sociais (estudos do reinado). Essa particularidade da presente pesquisa em relação aos demais trabalhos sobre a localidade também evidencia a sua originalidade, justificando, assim, sua realização.

Ademais, esta pesquisa se mostra necessária por sua “atualidade” no que se refere à percepção da cidade pelo viés social. A alteração de valores culturais define estratégias de crescimento e desenvolvimento urbano. Isso ocorre à revelia de localização ou valorização imobiliária, visto que a sedimentação de novos hábitos e modalidades de uso têm definido áreas específicas dentro da cidade de Itaúna em função de marcos históricos, como a troca de oragos, que a pesquisa descreve, marcante para o acontecimento de uma inversão de valorização local entre as duas áreas da centralidade urbana de Itaúna.

Dessa forma, a presente pesquisa contribui localmente na esfera do conhecimento por sua viabilidade, uma vez que o referencial teórico adotado e a dimensão empírica que a complementa refletem estudos e experiências atuais, aqui apresentados como auxiliares no desenvolvimento desta investigação.

A exemplo, autores como Goffman (1988), Bauman (2003), Giddens (2002) e Geertz (1997) explicitam que os hábitos e as relações de poder e dominação geram tensões entre grupos sociais, tendendo à interferência na configuração das cidades – como observado na localidade em questão – que, por sua vez, influenciam e moldam hábitos e costumes urbanos, criando áreas estigmatizadas e grupos sociais definidos para cada espaço em que estão inseridos, como constatado nas áreas centrais de Itaúna – tão próximas espacialmente e distintas em sua assimilação e configuração –, a Praça da Matriz e o Alto do Rosário.

A pesquisa perpassa pelas distintas dimensões de estudo de um lugar – histórico-geográfica, cultural, política e econômica –, percorrendo pelos valores que contribuíram na configuração das características socioespaciais dessas duas áreas relevantes da cidade. Essas dimensões supracitadas são parcelares de estudos sobre fenômenos urbanos – Holanda (2002) explicita tais situações mediante estudos dos perfis social e cultural. Em suma, o planejamento urbano deve considerar a história local e a identidade do espaço em que se deseja intervir.

Considera-se ainda que esta pesquisa tem um caráter de urgência, pois boa parte da população que ainda salvaguarda referências dessa trama histórica e de seus desdobramentos se encontra em idade avançada diante das novas gerações, que não demonstram interesse ou conhecimento sobre as correlações históricas de sua realidade.

Por fim, também pode ser considerado um fator de relevância desta pesquisa, como um facilitador, o vínculo pessoal da autora com a cidade, tendo crescido em uma das áreas em estudo, já tendo trabalhado com patrimônio cultural local e, ainda, estabelecendo contatos contínuos com as representatividades socioculturais locais aqui consideradas cruciais para melhor entendimento do fenômeno que a pesquisa visa esmiuçar, desvendando suas múltiplas dimensões.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Pontuar, a partir de um marco temporal local – representado pela troca de dois oragos, ocorrida em 1853 no centro histórico da cidade de Itaúna (MG) –, situações e assimilações locais (população e gestores) em relação a duas importantes e correlacionadas áreas (Alto do Rosário e Baixo da Praça da Matriz) dessa centralidade urbana.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Produzir levantamento histórico da cidade por meio de acervo documental sobre as duas centralidades em estudo;
- Produzir levantamento de dados socioeconômicos nas duas centralidades em estudo;

- Produzir levantamento de equipamentos públicos instalados nas duas centralidades em estudo;
- Investigar assimilação local das duas centralidades em estudo a partir da visita de campo e de entrevistas;
- Correlacionar dados das diferentes matrizes levantadas sobre as duas centralidades.

1.4 Hipótese

Regiões de uma mesma centralidade e com uma configuração urbana muito divergente, enfatizando um cenário segregador, estigmatizado e discriminatório em termos de investimentos, ocupação do solo e social.

1.5 Metodologia

Esta pesquisa, em relação à natureza, vincula-se a uma investigação básica com o objetivo de gerar novos conhecimentos.

Esta possui caráter exploratório, visto que a participação da comunidade é parte das informações colhidas e processadas, tendo, assim, questões sociais subjetivas. Além disso, durante a coleta de dados perpassamos por momentos explicativos, mas o foco é de caráter exploratório.

Quanto ao processamento dos dados, a investigação será desenvolvida através de vários métodos, tais como a documental – por intermédio de compilados do arquivo público municipal da cidade de Itaúna, do inventário do patrimônio histórico da cidade, do acervo do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico e do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Artístico –, cultural e ecológico e pesquisa bibliográfica – por meio de material já publicado, livros, artigos e periódicos.

Uma expressiva quantidade de registros, de uma variedade de fontes foram coletados e examinados durante o estudo de pesquisa documental, tanto arquivos públicos como privados, assim como arquivos individuais e institucionais e amostras estatísticas.

Ainda sobre o processamento dos dados da pesquisa, seu desenvolvimento será através de estudo de caso, buscando o detalhamento da situação que envolve

duas regiões na mesma centralidade na cidade de Itaúna (MG). Neste procedimento observou-se a necessidade de uma pesquisa de campo com coleta de dados e entrevistas com moradores da região.

As entrevistas foram necessárias para o alcance de informações acerca do que as pessoas conhecem sobre a história e a identidade das áreas centrais de Itaúna e entender os porquês de cada resposta. Estas foram realizadas nos meses de maio e junho do corrente ano, sendo entrevistados dez moradores da área do Alto do Rosário e dez moradores da área da Praça da Matriz.

O estudo apresenta uma abordagem quanti e qualitativa; assim, espera-se compreender como as dimensões patrimonial e cultural afetam aspectos de desenvolvimento e configuração urbana.

1.6 Revisão de Literatura

A cidade de Itaúna tem sido um tema de grande debate, sendo abordada por distintos autores de várias vertentes, como as que pautam este estudo: a interpretação de espaço social e espaço geográfico, os estigmas sociais e a carência de investimentos entre as relações de poder e dominação.

Fenômenos urbanos podem ser melhor compreendidos a partir de estudos dos perfis social e cultural do lugar e suas conseqüentes implicações. De fato, consoante apresentado na introdução do presente estudo, o caráter diversificado da cidade exige conhecimento multidisciplinar para um efetivo planejamento, como: o estudo e o entendimento de várias frentes, não apenas de sua dimensão material, mas também daquelas das quais podemos nos aproximar mediante percepções sociológicas, antropológicas, comportamentais e históricas.

Santos (2002) destaca que a natureza do espaço geográfico é um conjunto indissociável, complementar e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ação, enquanto outros estudiosos, como Lefebvre (2003), defendiam que o espaço social é diferente do geográfico. Logo, observar o espaço como uma totalidade resultante de um complexo entrelaçamento do concreto e do abstrato é fundamental para entendimento da cidade.

O espaço social é formado por diversos grupos, sendo que, em situações diversas, alguns destes se tornam alvo de exclusão social por apresentem alguma particularidade que os diferenciam de outros em alguns aspectos, deixando-os à

margem da sociedade.

Em outras palavras, os estigmas reduzem o indivíduo não apenas de maneira pontual, mas atingindo grandes grupos e até mesmo a localidade em que estes estão inseridos. Estigma social é definido enquanto traço ou sinal que designa o indivíduo como indigno ou sem relevância. Essa percepção é afirmada por Goffman (1988), que define como a situação do cidadão que está inabilitado para aceitação social plena. A própria sociedade determina maneiras de caracterizar pessoas e os atributos considerados como “usuais” e “típicos” para cada uma dessas categorias criadas.

Holanda (2002) preconizou a relação entre seres humanos e arquitetura, defendendo que esta deveria ser vista como uma ciência sobre práticas humanas. O autor ainda observou novos aspectos para a arquitetura, frutos da relação do homem com o espaço, como bem explanou sobre aspectos sociológicos, em que a sua configuração torna o lugar desejável – ou não – para um grupo de indivíduos (usuários). Ademais, explicou sobre os aspectos afetivos, oferecendo ao espaço uma personalidade afetiva desejável, em que sua arquitetura afetasse o estado emocional das pessoas.

Além disso, sociólogos como Bauman (2003) e Giddens (2002) reconhecem que as relações de poder e dominação geram tensões entre grupos sociais, interferindo na configuração das cidades, assim como a vida coletiva e sua organização social criam e recriam marcos que singularizam seu território em um processo dinâmico e evolutivo.

Essas referências expressam a identidade de um povo e permitem o reconhecimento de seus valores na sociedade. Todas essas expressões de diversidade cultural são os ingredientes de um patrimônio cultural rico, diversificado e em constante evolução, sendo patrimônio da humanidade. A celebração, preservação e transformação do patrimônio cultural fazem parte do processo de desenvolvimento humano, contribuindo para o enriquecimento e o intercâmbio de conhecimentos culturais, sociais e tecnológicos, além de serem uma responsabilidade coletiva.

Assim, uma fundamentação teórica voltada a algumas das questões que envolvem o objeto de estudo, a ser apresentada a seguir pode facilitar o entendimento do mesmo e de muitas das características, potencialidades e problemáticas que o envolvem.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

2.1 Categoria de Pensamento

2.1.1 Cidades e Urbanismo

Os séculos XIX e XX marcaram, definitivamente, por meio da produção, das técnicas, das indústrias e até mesmo da cultura, o processo de urbanização, logo, é possível perceber como a estruturação das cidades, desde então, é resultado das transformações urbanas advindas pós Revolução Industrial, com concentrações demográficas sem precedentes.

Nesse período, os países europeus passaram por uma forte migração do campo para os centros urbanos, em que os cidadãos buscavam encontrar ali emprego e melhor qualidade de vida. Londres, Paris (Figura 1) e Barcelona experimentaram os primeiros surtos urbanos.

No tocante às inovações e aos avanços técnicos que influenciaram nas transformações urbanas:

À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc.; verdadeiras próteses. Criase uma configuração que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada. (SANTOS, 2002, p. 62).

Segundo Choay (1999), o urbanismo surgiu do quadro de uma reflexão sobre o impacto espacial da Revolução Industrial, porém, antes da criação dessa ideia, apareceram as grandes obras de Haussmann e Cerdá, em que ambos adotaram um modelo de urbanização regulador. Haussmann, em Paris, fadou a cidade inteira de um equipamento higiênico concebido sob forma de redes técnicas isomorfas e de um sistema respiratório de espaços verdes. Cerdá explorou a técnica do transporte para a mutação da cidade. Já a proposta do plano de Barcelona (Figura 2) não era de criar uma cidade, mas sim de adaptá-la às antigas técnicas.

Figura 1 - Alamedas de Paris, Projeto de Haussmann



Fonte: acervo do autor, 2016.

Figura 2 - Ramblas em Barcelona



Fonte: acervo do autor, 2018.

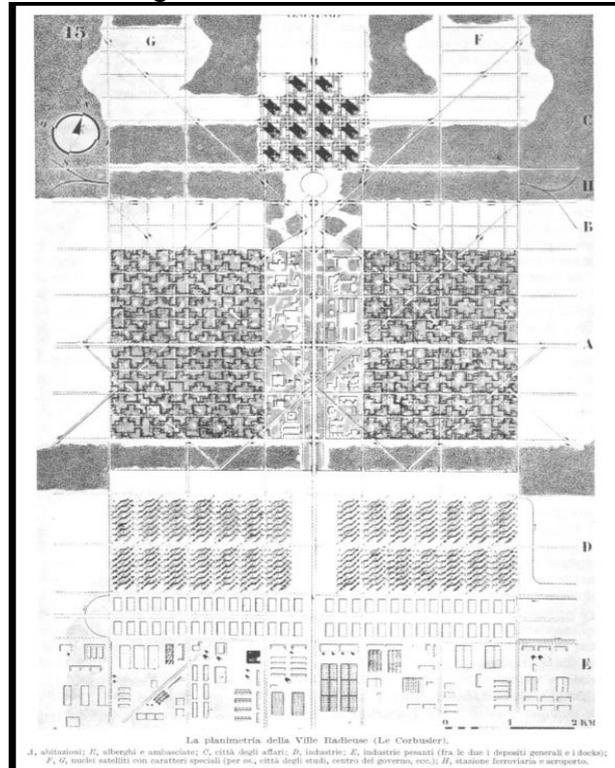
Além dos planos de Cerda e Haussmann, outros também foram criados em diversas capitais europeias para garantir a permanência da urbanidade metropolitana nascida no final do século XIX. Nem todos defendiam a manutenção das cidades tradicionais, que, como resposta à alta densidade demográfica, expandiam a cidade para loteamentos periféricos.

No início do século XX notava-se a desconstrução das cidades europeias,

com inúmeros projetos e teorias. Destaca-se os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) que, sob os princípios teóricos de Le Corbusier, arquitetos se reuniam regularmente para propor um planejamento baseado nas novas técnicas construtivas. Choay (1999) faz uma crítica ao movimento ao dizer que o modernismo era uma “uma desconstrução sistemática de todos os tipos de cidade já existentes”, que antes eram entendidas como resultado dos processos de relações e para eles estava simbolizada pelos objetos, sendo “a máquina de morar”.

Na Carta de Atenas (1941), os antigos centros foram excluídos, pois seriam eles os responsáveis pela insalubridade e pela desordem. A cidade moderna, higienista, seria construída sobre as cidades europeias vernaculares, destruídas pela guerra. Estas conteriam estruturas pré-fabricadas, de alta densidade, idênticas, distribuídas por vastas áreas verdes, organizadas em um plano de forma cartesiana e com um sistema hierarquizado de estradas (Figura 3). Para Le Corbusier (1971, p. 78), “[...] o resultado de um verdadeiro *layout* geométrico é a repetição, e o resultado da repetição é um padrão. A forma perfeita [...]”.

Figura 3 - Cidade Radiante



Fonte: Revista ArchDaily Clássicos da Arquitetura (2016)¹

As cidades modernistas reduziam a vida urbana a quatro tipos de atividades: o *habitat*, o trabalho, a circulação e o lazer, sendo essas duramente criticadas por razão dos hábitos e dos desejos de seus residentes e por não fornecer espaços públicos para os encontros urbanos.

Outrossim, o planejamento urbano moderno tem aniquilado a possibilidade de simbolizar o domínio público social e criado uma polaridade entre um espaço privado cada vez mais isolado e um domínio público que desafia toda classe de representação espacial, em que, segundo Romero (2015, p. 10) foi aplicado de maneira equivocada pelos postulados do movimento moderno.

Já na década de 80, instalou-se um debate que colocou em dúvida os benefícios trazidos pelo modernismo, com seu arsenal de paradigmas e a ambição de nova ciência apoiada na técnica e no racionalismo. Logo, o movimento se dividiu em correntes e estilos, em muitos casos opostos ao que se entendia como modernismo, com apropriação do capitalismo dos postulados, ovacionando-os para o lucro (MARQUES, 2013).

Em uma análise sobre as teorias de planejamento da cidade, Giovannoni (1998), diante dos avanços tecnológicos, compreendia que as redes de comunicação, na escala dos territórios, tornavam-se um canal obrigatório para a urbanização, porém, não eram suficientes, pois dependiam de uma escala de planejamento local. Além disso, para ele o patrimônio urbano deveria estar integrado ao plano de urbanismo. Não seria isso a cidade pré-industrial? (CHOAY, 1999).

No entanto, as mais significativas mudanças ocorreram após a Segunda Guerra Mundial, com a expansão das redes de transporte e de comunicação, favorecendo a expansão urbana. Cidades se distanciaram do centro histórico, desfazendo o sentimento de pertencimento, de comunidade, transpondo à sociedade global.

Neste contexto, surge a designação de “não-cidade”, que reconhece como “urbano” a nova cultura mundial e seu modelo de fazer o espaço. Além disso, a era da globalização também é a era da homogeneização dos procedimentos econômicos (capitalismo) e tecnológicos na ação hegemônica dos países desenvolvidos sobre os que não faziam parte desse grupo.

Assim sendo, a ideologia capitalista de organização do espaço levou as cidades à exaustão social, política, cultural e ambiental, corroborando para que os planejamentos urbanos modernos freassem os processos espontâneos,

esquecendo-se da escala local, da modéstia e dos seus habitantes.

Em suma, a massificação das ideias e os procedimentos pregados hegemonicamente não são as únicas, nem as melhores, formas de universalização; esta pode ser construída a partir das particularidades locais, permitindo a entrada da globalização a partir das conservações genuínas de cada povo e da “consciência universal” (SANTOS, 2013).

2.1.2 O Espaço e a Sociedade

Segundo Santos (2002), a cidade precisa ser considerada como um todo, como um local que gera produções históricas e sociais. Esse dinamismo faz dela um organismo complexo, e definir esse espaço tão plural não é tarefa fácil. Um estudo da etimologia da palavra “cidade” já apresenta a riqueza e a profundidade de seu conceito. Vindo do latim – *civitate* –, é derivação de *civitas*, que originou as palavras cidadão e civilização.

Olhar para a cidade pode dar um prazer especial, por mais comum que possa ser o panorama. Como obra arquitetônica, a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala; uma coisa só percebida no decorrer de longos períodos de tempo. O *design* de uma cidade é, portanto, uma arte temporal, mas raramente pode usar as sequências controladas e limitadas das outras artes temporais, como a música, por exemplo. (LYNCH *et al.*, 1960, p. 1).

O estudo desses aspectos é fundamental para dimensionar as implicações dos lugares na arquitetura e na vida da sociedade local. Trata-se de fenômenos urbanos que só podem ser explicados mediante aprofundamento do perfil social e cultural de determinadas cidades e as consequências.

Assim, pode-se referenciar à dimensão da vida social como basilar para o entendimento da arquitetura da cidade, sendo ela permeada por hábitos e costumes, cujo valor simbólico extrapola os ditames físicos e resulta em produtos consumidos e perpetuados pela vida urbana.

Para Kohlsdorf (1996), essa nova percepção é um marco no urbanismo. Afere-se a realidade ao planejamento urbano, momento em que os urbanistas percebem as cidades como produto do seu contexto histórico, e não mais um espaço idealizado ou um modelo ideal e universal a ser multiplicado. Haesbaert (2004) defende que o território é, ao mesmo tempo – obrigatoriamente e em diversas

combinações –, funcional e simbólico, visto que as relações de poder (realização de funções) no espaço não podem ser dissociadas das produções de significados.

Dessa forma, esse caráter diversificado e multifacetado da cidade exige conhecimento multidisciplinar para um efetivo planejamento, ou seja, o aprofundamento e o entendimento de várias frentes, não apenas físicas e brutas, mas também sociológicas, antropológicas e comportamentais.

Um planejamento sistêmico, em que a maneira de viver do cidadão é o próprio processo, permite revisões, uma vez que, conforme dito anteriormente, a cidade funciona como um organismo vivo e em constante evolução. Logo, os indivíduos, vistos como peça fundamental no processo, recebem um novo olhar, visto que a cidade é feita para eles, pessoas com vida e particularidades que devem ser resguardadas por um espaço que as integre à vida coletiva e respeite sua individualidade.

Holanda (2002) preconizava a relação entre seres humanos e arquitetura, defendendo que esta deveria ser vista como uma ciência sobre práticas humanas. O autor ainda observou nela novos aspectos, frutos da relação do homem com o espaço, como bem explanou sobre aspectos sociológicos, em que a configuração da arquitetura torna o lugar desejável – ou não – para um grupo de indivíduos (usuários). Ademais, ele tratou de aspectos afetivos, oferecendo ao espaço uma personalidade afetiva desejável, em que sua arquitetura afetasse o estado emocional das pessoas.

Já Lynch *et al.* (1960) identificou elementos para estruturar a imagem da cidade projetada, pelos usuários, no espaço. Esta é parte dessa percepção construída aos poucos, à medida que o espaço é ocupado, utilizado, apreciado e vivido. Essas experiências não são individuais, mas, sim, relacionadas ao seu entorno. Desta forma, em cada contexto em que a observemos, teremos diferentes percepções e significados sobre ela. Cada indivíduo tem suas próprias associações com diversas partes da cidade, assim, a experimentação é acompanhada de várias facetas da memória e seus diferentes significados.

A vida coletiva de uma comunidade, por sua vez, é moldada pelas relações sociais e econômicas, bem como pela sua interação com outras comunidades. Em outras palavras, a cultura não é fixa, mas um processo que está constantemente sendo feito pela troca entre elas. Em comparação com as outras duas escalas de identidade, a cultura é a mais fluida e mutável de todas.

Santos (2007) destaca que a natureza do espaço geográfico é um conjunto indissociável, complementar e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ação. Porém, outros estudiosos, como Lefebvre (2003), defendiam que o espaço social é diferente do geográfico.

No entanto, é crucial considerar o espaço como um todo, criado pela interação do concreto e do abstrato. Ainda segundo Santos (2007), o espaço geográfico não seria somente um reflexo, mas um meio para a ação da sociedade. A junção do espaço material com o espaço social. O primeiro é o concreto, sendo palpável e físico; nele abarcam tanto a paisagem natural quanto o espaço produzido pelo homem. Já o segundo aspecto é o intangível – sem materialidade –, sendo o espaço das redes e das interatividades espaciais.

“[...] à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais” (LEFÈBVRE, 2006).

É necessário o entendimento que o direito à cidade é um direito comum. O pertencimento à urbe perpassa e transcende a individualidade, sendo esse um espaço de ação coletiva, em que nasce o exercício da cidadania de forma que o transforma juntamente com o processo de urbanização.

A cidade acontece através da inter-relação entre homem e espaço, refletindo sua cultura, suas práticas, seus hábitos, suas crenças, não existindo apenas como um espaço formal, com propriedades físicas e materializadas por bairros, ruas, infraestrutura viária e edificações.

As diversas singularidades das formas e funções que compreendem o conceito de cidade emanam a coletividade e a pluralidade em que se pautam a identificação e o sentido de pertencimento da população àquele espaço.

A percepção e o significado da vivência urbana nas metrópoles elevou sua categoria de pensamento na construção dos espaços, em que o bem coletivo foi reconsiderado, não sendo visto simplesmente como uma partilha insensível de um lugar ou um local específico, com usos imutáveis e fixos ou com limites e barreiras que muitas vezes impedem a vivência da cidade, inviabilizando o processo de identificação das pessoas como pertencente da história local.

2.1.3 Cultura e Patrimônio

O termo cultura, visto como um vocábulo moderno, surgiu na época do Iluminismo, na França. O verbete é associado ao fomento ao aprendizado como forma de melhoria dos tratos sociais, uma forma de refinar os costumes.

Bauman (2012) disserta que, por meio da bandeira iluminista, a cultura era percebida como um proselitismo das classes mais instruídas, de forma que essas pessoas assumiram para si a tarefa de capacitar os menos favorecidos com um tipo de maestria que deveria ser alcançado por todos.

Nesse momento, a cultura participava, de forma substancial, na construção dos Estados Nação como formação dos elementos nacionais e na consolidação dessa nova organização social, em que a lucidez e a razão eram os pilares transformadores da sociedade. Em suma, ela servia como um agente de transformação social, garantindo condição humana universal.

Contudo, esse parâmetro de cultura única não incorpora a diversidade, categorizando a pluralidade da expressão humana e apresentando certa indiferença ao diferente. Assim, ao que não era visto como cultura pela classe dominante era dado a condição de vulgar, criando uma escusa que fundamentaria privações sociais de alguns grupos.

A cultura é descrita como o conjunto de valores, crenças, costumes e práticas que caracterizam o modo de vida de um determinado grupo social na sociedade. Os indivíduos são capazes de se inserir e interagir em sua comunidade porque são capazes de negociar “[...] maneiras apropriadas de se comportar em contextos específicos [...]” (EAGLETON, 2005, p. 20).

Ademais, esta molda a maneira como as pessoas agem e, portanto, tem um impacto direto em como elas experimentam o espaço, transformando as cidades em espaços sociais dinâmicos, dos quais pessoas de todas as esferas se reúnem.

Gehl (2015) estabelece o encadeamento entre a forma física e a vivência humana nas metrópoles, em que seus residentes se tornam mais ativos e engajados em planificar exigências por um urbanismo pensado e voltado para os cidadãos, em virtude que, independentemente da localização, da economia e dos demais dados censitários, grande parcela dos usuários do espaço urbano são negligenciadas e apartadas no momento que se estabelecem diretrizes ou interferências no espaço coletivo.

As cidades oferecem o exercício da própria cidadania, com locais de encontro e de trocas constantes, além de propriedades técnicas, físicas e territoriais, mas por percepções intangíveis, como os conhecimentos e saberes culturais de seus habitantes, compreendendo diversas áreas da arquitetura, filosofia, sociologia, política, economia, saúde, além do modo de vida de cada um.

Outrossim, a cultura age como um transcurso contínuo em que a interação social entre os indivíduos produz a conciliação entre conhecimento e prática. Esse processo é permeado pela linguagem, para que esta possa ser transmitida e difundida entre gerações; logo, ela pode ser entendida como um heteróclito de todos. A construção cultural não é apenas portadora e divulgadora, mas também produtora da própria cultura e identidade:

As culturas são sempre práticas interpelantes [...]. A construção de novos sentidos simbólicos é um processo análogo ao da tradução, prática que reproduz de 'modo traiçoeiro e deslocante', como diria Hommi Bhabba, um texto original e que, ao fazê-lo transforma o ponto de partida em algo que nunca se completa. (ARANTES, 2000, p. 142).

Choay (1999) constrói o pensamento acerca do patrimônio urbano em três pilares fundamentais: o memorial, o histórico e o historial. O eixo memorial é formado pela ideia de inserção da cidade em uma perspectiva histórica. O eixo histórico trata da proximidade e dependência entre a cidade pré-industrial e a cidade pós-industrial, em que a primeira se limita ao passado e a segunda se insere em um contexto de positividade. Já o terceiro, o eixo historial, entende que o Urbanismo passa a ser mais que uma ciência que analisa apenas o espaço para ser aquela que também considera questões territoriais.

Já o francês Varine Boham (1973) fraciona o patrimônio em três categorias: os elementos da natureza, os elementos dos conhecimentos e das técnicas e, por fim, os elementos que integram os bens culturais. O primeiro grupo é formado por elementos da natureza, sendo eles os recursos naturais que garantem a habitualidade e a sobrevivência da vida. O segundo grupo é intangível, sem materialidade, abrangendo toda a capacidade de sobrevivência do ser humano no meio ambiente – transformar materiais, a arte de saber fazer e produzir. O terceiro grupo, de bens culturais, é formado por artefatos, objetos e coisas que foram obtidas pelo meio ambiente aliado ao conhecimento dos saberes.

Havendo percebido todas essas facetas e esses sentidos múltiplos que

agregam e enriquecem o conceito de “patrimônio”, é possível observar como a definição de nacionalidade e memória coletiva está alinhada à historicidade da sociedade, acompanhando as sucessivas transformações e evoluções, a formação da cidadania e da maneira de viver e ocupar os espaços.

O não pertencimento e entendimento de determinado grupo inserido no lugar acontece quando o corpo social é carente de cidadania, em seu amplo entendimento, em que a formação, instrução e participação múltiplas na construção cultural e política de um espaço coletivo e de um tempo são ausentes, de forma que a história não ocupa seu papel formador de identidades.

Segundo Paoli (1992), é necessário fazer com que a produção reflita sobre as necessidades dos cidadãos de forma que incida na passagem pela história e na política de preservação e construção do passado pela peneira de sua significação coletiva e plural.

Ademais, a historiografia crítica, como sustenta Paoli (1992), é aquela que explicita seu próprio interesse, sua própria agenda. Não é um reflexo neutro e passivo de fatos e eventos, mas um processo engajado e ativo para selecionar, reorganizar e contestar fatos e eventos. É, ainda, um empreendimento histórico com um propósito, com uma agenda deliberada, com um fim em vista, que explica porque a historiografia crítica tem uma agenda “crítica”. De alguma forma, isso vem sendo feito como uma dupla tarefa: a de crítica e a de construção historiográfica de horizontes de validade histórica.

Já para Santos (2002), o espaço é um elemento social, mas também político e cultural, caracterizado pela materialização do ambiente técnico-científico-informacional e, portanto, expressão geográfica da globalização.

Em geral, os espaços urbanos são lugares dentro dos limites da cidade, destinados ao uso comum de todos que passam por ali, devendo ser utilizados para o lazer, incentivando a interação, a circulação, o bom convívio e as mais diversas opções de contato.

É nesse processo que a cultura e os costumes de um povo são identificados, não apenas como forma simbólica, mas como um elemento real e importante para a cidadania, que é a identificação da identidade de cada pessoa e parte do processo de personalidade, visto que parte de quem se é está no ambiente, em que tudo é penetrante e está sempre em movimento.

Esse conhecimento contribui na vinculação do lugar com a geração da

subjetividade cotidiana, elementos tidos como fundamentais para entender como o abandono e o uso indevido do território afeta negativamente o funcionamento das cidades.

Nesse sentido, seguindo a linha do referido entendimento, tem-se a previsão constitucional sobre o tema:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (BRASIL, 1988).

Como deflui da exegese da disposição constitucional mencionada, deve haver um padrão de qualidade nesses locais, pois a sua melhoria está intimamente relacionada à melhoria da qualidade de vida das pessoas. Afinal, cidades “vivas” são as que acolhem a integração social sem exclusão, pois são pensadas, planejadas e construídas pelas e para as pessoas, a fim de que possam circular, socializar, trocar experiências, passear e desfrutar das paisagens urbanas. Através desta análise, percebe-se que o principal desafio das metrópoles é planejar de forma flexível, aberta, capaz de promover o desenvolvimento, de incorporar fatores imprevisíveis, abandonar partes da “zona morta”, proporcionar o lazer e a promoção cultural, política e da cidadania.

Portanto, um planejamento sistêmico, em que a maneira de viver do cidadão é o próprio processo, é aquele que permite revisões, uma vez que, conforme dito anteriormente, a cidade funciona como um organismo vivo e em constante evolução. Aqui o indivíduo é visto como peça fundamental no processo, recebendo um novo olhar sobre ele, visto que a cidade é feita para os cidadãos. Por fim, ele permite um espaço que integre as pessoas à vida coletiva e que respeita sua individualidade.

2.1.4 Identidade e Estigma Socioterritorial

Estigma social é definido como um traço, ou sinal, que designa o indivíduo como indigno ou sem relevância. Essa percepção é afirmada por Goffman (1988), que o define como a situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena.

Em situações diversas, grupos se tornam alvo de exclusão social por

apresentarem alguma particularidade que os tornam diferentes de outros em alguns aspectos, deixando-os à margem da sociedade. Esses estigmas reduzem o indivíduo, surtindo um efeito de grande descrédito, não apenas de maneira pontual, mas atingindo grandes comunidades e até mesmo a localidade em que estão inseridas.

No período escravagista, em meados do século XVII, havia negros vetados de sua liberdade não apenas física, mas também intelectual, além da ruptura com seus laços familiares, agressão aos seus costumes, opressão e violência, conseqüentemente desestruturando tradições histórico-sociais daquela comunidade e de seus descendentes.

Apesar de esse movimento ter acontecido em todo o território brasileiro, em Minas Gerais existiram algumas particularidades. Segundo Costa (2003), a distribuição de terras era determinada pela quantidade de escravos possuídos pelos senhores de engenho, resultando, assim, no aumento da motivação para o tráfico negreiro.

Ademais, a ideologia escravista sustentava o menosprezo deliberado ao trabalho do negro escravizado, gozando de seus serviços e categorizando-o como uma classe inferior com base na depreciação de sua imagem e sua cor, causando diversas e complexas implicações na sociedade.

Neste contexto, surge a Comunidade dos Arturos (ver Figura 4), na região central mineira, entre as cidades de Contagem e Esmeraldas, que preserva, com persistência, as heranças de seus antepassados, valorizando suas raízes africanas e servindo como forma de resistência.

A comunidade é formada pela progênie de Artur Camilo Silvério e Carmelinda Maria da Silva. Artur nasceu livre graças à Lei do Ventre Livre (1871), porém vivia em situação análoga à escravidão para conseguir comida e moradia. Sofria maus tratos diariamente, até que, não mais suportando, fugiu para Minas Gerais, onde poderia criar sua família e viver sua fé.

Os Arturos são atores de uma história estigmatizada pelo escravismo. O resgate da essência do homem negro significa responder à tolerância das ordens dominantes e da incompreensão religiosa que agrediu as formas de sagrado dos ancestrais. No passado, os negros mantiveram intactas vozes de seus tambores, respondendo em surdina às opressões do escravismo. No presente, o canto dos Arturos reafirma sua identidade como forma de interpelar as arbitrariedades e a injustiça social. (COSTA, 2013, p. 206).

Figura 4 - Comunidade dos Arturos – 2014



Fonte: IEPHA/MG (2014).

A busca por dignidade e pertencimento afastou os Arturos dos espaços ocupados, e, nesse novo lugar, constituíram essa comunidade. O pertencimento a um grupo, conforme Bauman (2003), é também o ato de renegar a individualidade em nome de uma estrutura montada para satisfazer nossas necessidades de intimidade e de formação de uma identidade.

Segundo Goffman (1988), a própria sociedade determina maneiras de caracterizar pessoas e o total de atributos considerados como usuais e típicos para os integrantes de cada uma dessas categorias. Ainda segundo o autor, considera-se que a pessoa estigmatizada possui duas identidades: a real e a virtual.

A identidade real é o agrupamento de camadas e características que uma pessoa tem de maneira comprovada; já a identidade virtual é o conjunto de camadas e características percebidas por desconhecidos à sua volta, portanto são exigências e imputações pelo que é demonstrado, e não efetivamente pelo que se é.

A parte “comum” da sociedade, ou indistinta, cria estereótipos desiguais referentes a características reais de determinado indivíduo, explanando, portanto, o processo de estigmatização que, segundo Goffman (1988), torna-se referência para algo profundamente depreciativo.

Essa é a primeira noção de estigma, sendo o desacordo entre a identidade social real e a virtual. Essa diferença demarca o processo de estigmatização, que faz

com que o indivíduo seja desacreditado e colocado em uma camada social mais baixa. Isso ocorre devido à incongruência entre as características e os estereótipos criados pelo prejulgamento de um pequeno grupo dentro da sociedade.

O decurso de estigmatização transforma-se conforme a evidência e o esclarecimento dos atributos do indivíduo. Goffman (1988) especifica dois tipos de grupos de pessoas de acordo com seu estereótipo: o desacreditado e o desacreditável.

O indivíduo desacreditado possui aspectos diferentes daqueles apontados como “normais”, de forma que esses atributos são vistos e percebidos como desigual por outros a ponto de gerar até mesmo certo “incômodo”. O desacreditável, entretanto, apesar de apresentar características distintas dos considerados “normais”, normalmente passam despercebidos por eles. Esses dois fatos encontram-se, respectivamente, na relação entre os indivíduos estigmatizados e os ditos “normais”.

Essa fragmentação é apresentada por A. Costa e G. Costa (2011, p. 2) do seguinte modo:

As cidades são divididas em vários elementos, reproduzem-se estudos pontuais sobre temas particulares: densidade demográfica, áreas industriais, áreas comerciais, preço da terra, setores do terciário (avançado ou não), áreas de intervenção turística etc. A análise por meio de elementos estanques perfaz-se em uma frágil visão de totalidade ou de conjunto, o que a torna insuficiente para auxiliar na estruturação de uma base teórica e prática sobre o espaço urbano.

Isso significa que, aqueles inseridos nessa situação, possuem suas identidades maculadas por uma ação social e, portanto, são enquadrados à margem da sociedade, como “algo” que deve ser isolado e evitado.

Dessa forma, a criação de espaços, onde os estigmatizados sofrem todo o processo de segregação, evidencia e expõe essa marca identitária imposta a esse grupo.

Em virtude das produções históricas e sociais que, segundo Santos (2013), trazem dinamismo aos espaços, a identidade do estigmatizado se funde ao espaço, que também se torna um local depreciado.

Tal como Palmanova (ver Figura 5), comuna italiana localizada a pouco mais de 100 km de Veneza, e que teve sua ocupação dificultada e sem deleitamento. A cidade, que se tornou monumento italiano na década de 1960 por sua geometria

estrelada, já foi alvo de depreciação.

Esta foi projetada pelo artista e arquiteto Vincenzo Scamozzi e construída em 1593 por meio de um projeto de partido militar. Não gerou, porém, entusiasmo para sua ocupação e ficou ainda mais estigmatizada, sendo criada uma lei em 1611 que cedia o espaço para moradia de apenados e criminosos. Os cidadãos não consideravam o espaço habitável, não despertando interesse do cidadão comum, e sua ocupação foi forçada.

Figura 5 - Vista aérea Palmanova



Fonte: Alamy.com [2021].

O contexto histórico estimula transformações na rota do estigma, podendo alterar descrições e as divisões que o envolve no processo de estigmatização, sendo, então, variável, de modo que sua compreensão depende da historicidade. Ademais, a durabilidade de um estigma pode variar, tendo os que permanecem e outros que são findáveis, às vezes por características de um limitado contexto histórico ou um momento sociocultural.

2.1.5 Espaços Estigmatizados

Com o avanço da industrialização e do desenvolvimento e crescimento desordenado das cidades, o descarte de resíduos se tornou uma necessidade primária e cada vez mais urgente, visto que as ações dos seres humanos têm gerado cada vez mais resíduos – denominação recente para “lixo” –. Até o início dos anos 2000, todo lixo era visto como descartável, sem utilidade e sem valor agregado, não havendo uma preocupação ecológica para o descarte correto ou para reciclagem e reuso desses recursos.

Assim, vários problemas de ordem socioeconômica, provenientes desse capitalismo desenvolvimentista, surgiram, afetando populações e, conseqüentemente, seus espaços. O espaço de descarte desses resíduos, com disposição inadequada, causou alterações no solo, ar e nos corpos aquáticos, gerando uma celeuma de saúde pública e afetando não apenas a população exposta a essas mudanças, mas também todo o meio ambiente.

A falta de prioridade no gerenciamento desses resíduos e a ausência de políticas públicas eficazes favoreceram a criação desses espaços de descarte, que impactam na deterioração do meio natural. Além disso, esses espaços insalubres se tornaram locais de trabalho para uma camada marginalizada da sociedade, tanto é que a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305/2010, vem sendo adiada na sua aplicação concreta.

Metade do lixo produzido no país é descartado de forma inadequada (ver Figura 6), favorecendo o trabalho de catadores de materiais recicláveis por proporcionar grande quantidade de matéria disponível para coleta, com valor agregado; porém, estes são dispostos de maneira insalubre, colocando esses trabalhadores em risco de acidentes e de contaminação biológica.

Desta forma, o descarte desses resíduos desperta o interesse financeiro de pessoas em vulnerabilidade econômica, nascendo uma figura na sociedade que não só recolhe e tira da rua o lixo, mas que o transforma em resíduos e passa a trabalhar dentro dos lixões em busca do seu sustento e de sua família.

Figura 6 - Lixão Estrutural



Fonte: Distrito Federal [2021].

Esses espaços, sem preparo e infraestrutura para receber essa destinação de resíduos, são conhecidos como “lixões”, que, mesmo proibidos pela legislação ambiental, conforme Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), ainda existem em diversos locais do país, havendo, na capital do Brasil, um dos maiores exemplares conhecidos.

A comunidade integrante da Cidade Estrutural sempre foi marginalizada. A região cresceu sem o básico necessário de infraestrutura ou de condições de sobrevivência em um ambiente urbano. O seu surgimento é marcado pela luta do acesso à terra, em razão de a população ter o seu direito à cidade negado.

Apesar da função do catador de material reciclável ser de grande relevância, como qualquer outra atividade, o viés de ganho ambiental e reuso de recursos a torna estigmatizada, sendo apartado da sociedade.

A falta de políticas públicas, condições de trabalho, valorização do profissional, educação e esclarecimento das necessidades e da importância do trabalho envolvido acabam materializando a exclusão e a marginalização do catador perante a sociedade.

Esta parte da população teve seu acesso à metrópole negado, assim como a seus serviços, desde os mais básicos, como saúde, educação e moradia digna.

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes da periferia (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas também, do modelo espacial. (SANTOS, 2002, p. 10).

A cidade deve ser observada como um espaço para o exercício da cidadania, da convivência de grupos distintos vivendo a seu modo, em sintonia e com sua apropriação, consolidando seu pertencimento no território urbano. A cidade é um ambiente diverso e plural, porém, não é igualitário.

As desigualdades urbanas são reflexos das desigualdades sociais, como a divisão social do trabalho, a concentração de renda, o desemprego e tantos outros aspectos do modelo da cidade capitalista.

A população estigmatizada e colocada à margem da sociedade vive uma luta constante para sobreviver na cidade, contudo, seus esforços tendem a colocá-los fora dos locais valorizados e dos grandes centros, estes com maiores investimentos do Estado em infraestrutura. Além disso, as funções econômicas e políticas de

diferentes locais, no contexto nacional, também serão decisivas para o desenvolvimento urbano, assim como para a relação centros-periferias e para a formação de favelas.

Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é o indivíduo num [em um] lugar. A república somente será realmente democrática quando considerar todos os cidadãos como iguais, independente do lugar onde estejam. (SANTOS, 2007, p. 151).

Os estigmas criados pela própria denotação de favela causam associações imediatas sobre esses locais, apesar de ser uma categoria que não é facilmente definida. Definir “favela”, com toda a sua complexidade, demanda percorrer momentos históricos e entender um conjunto de circunstâncias, como acontece com a Cidade Alta.

O conjunto habitacional Cidade Alta, localizado no Cordovil, na Zona Norte do Rio de Janeiro, surgiu dentro de um projeto higienista de erradicação de favelas da valorizada Zona Sul carioca, no fim da década de 1960.

A origem da ocupação do conjunto por cidadãos removidos de favelas é reforçada pela mostra da condição de pobreza que se vinculava à história dos moradores, antes mesmo da existência da edificação. Sendo esses moradores vítimas de uma injustiça anterior, que trouxe diversas dificuldades, o estigma de “favelado” os acompanhou, já inseridos no espaço, marginalizados e segregados na mesma localidade.

A Cidade Alta é formada por uma variedade de situações, tornando o espaço plural e complexo. Além dos removidos da Praia do Pinto no fim da década de 1960, existiam os lugares destinados aos bancários, que acabou sendo ocupado por moradores de classe média baixa e considerado o melhor espaço do complexo. Assim como vários outros que não participavam dos removidos e nem dos bancários, todo esse contexto apresenta a heterogenia do local, em que, claramente, existe uma hierarquização dentro dele.

A identidade do conjunto e dos moradores dali é rodeada por conflitos, como entender como a Cidade Alta é percebida tanto pela sociedade em geral quanto pelos próprios moradores, sendo esses embates marcados pelo uso do estigma como acusação, colocando, assim, o conceito já apresentado por Goffman (1988) de identidade deteriorada. Esse tipo de identidade impede o morador (e usuário do

espaço) de se sentir pertencente àquele local, de ser integrado ao espaço, de forma que a própria memória é silenciada.

Esse estigma se repete até mesmo sobre os próprios moradores a partir das diferenciações entre eles, como os “não removidos” (inseridos), os removidos (como se já predestinados a um local de favela, “pé-sujo”), os “da favela” e os “dos conjuntos”, diminuindo, assim, a sociabilidade local. Essa diferenciação com a atribuição de estigmas, que ocorre entre os próprios moradores, é reflexo de toda a sociedade. Portanto, essa classificação social é maior do que o próprio local, sendo um reflexo do que já existe. Ela dá visibilidade e proporciona a eficácia de políticas públicas, visto que essas comunidades não estão ausentes, mas sim previstas, participando também das iniciativas de melhoria para suas localidades.

Goffman (1988) elabora o estigma a partir dos relacionamentos estabelecidos com outras pessoas, que, inconscientemente, fazem exigências prévias do que outrem deveria possuir como atributo. Caso não se cumpram tais exigências, nasce o estigma.

Grupos sociais dominantes imputam um estigma ao grupo inferiorizado e, quando isso é introjetado, cria-se um diferenciador social. O estigma da favela é antigo, herdado dos cortiços – ocupações, espaços removidos e modificados, porém o estigma permanece imutável nesse movimento.

A análise sobre como tais comunidades operam os estigmas é necessária para o entendimento das diferenciações e de hierarquias existentes internamente em uma favela, ou da anulação social dos catadores de lixo, de suas famílias e de suas necessidades, mas também, em uma escala maior, para a compreensão de como eles impactam e acontecem na cidade como um todo. É importante entender que esses movimentos determinam a produção de espaços urbanos estigmatizados, em que os moradores sofrem com o estigma de forma inata.

Por fim, tanto estudiosos quanto acadêmicos têm debatido sobre a pluralidade do espaço estigmatizado e a diversidade de seus moradores e usuários. Procura-se desfazer a imagem de espaços como território de pobreza, violência e tantos outros preconceitos inseridos, que acabam fomentando-o como um espiral. Assim, torna-se essencial que se fortaleça a autoestima, o sentimento de pertencimento, propriedade, orgulho e a própria valorização da realidade em que o indivíduo esteja inserido.

Desta maneira, continuando a aproximação do objeto de estudo, o contexto

histórico da cidade em questão, a ser sintetizado a seguir, também pode ser considerado um auxílio de conhecimento, seja das transformações gerais ocorrentes na cidade, seja das evidências de situações de estigmas locais, como as aqui analisadas. Tal estudo e a revisita à memória local junto dos sujeitos da localidade, a nosso ver, permite conhecer e até mesmo auxiliar na alteração das descrições e das divisões pelo estigma criadas, sendo, então, variável o entendimento, de forma que a compreensão socioespacial se relacione profundamente com a historicidade. Ademais, a durabilidade de um estigma pode variar, tendo os que permanecem e os que são findáveis, às vezes por características de um limitado contexto histórico ou um momento sociocultural.

3 ESTUDO DE CASO: CENTRALIDADE EM ITAÚNA

3.1 Contexto histórico-social

3.1.1 O Lugar e a Cidade

A população da cidade de Itaúna tem em torno de 85.000 habitantes, sendo que a urbana corresponde a 93,80%, e a rural a 6,20%. As estatísticas revelam que a população urbana tem apresentado um crescimento entre 1,5 e 2% a cada ano, enquanto a rural se estagnou. Tal fato desencadeia o crescimento urbano do município (ver Figuras 7 e 8), assim como o surgimento de novos loteamentos e a extinção de edifícios de relevância ao patrimônio cultural, estes que cederão lugar a novas edificações, muitas vezes verticalizadas.

O setor econômico do município é caracterizado pelas indústrias (têxteis, de extração mineral, metalúrgicas, de transformação) e, mais recentemente, pelo comércio, movimentado por estudantes que, temporariamente, moram na cidade para concluírem o curso superior na Universidade de Itaúna, ou ingressarem em um curso técnico no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) –considerado uma das melhores escolas do Brasil. Há de se destacar a qualidade da educação em todos os níveis de ensino, o que também atrai cada vez mais estudantes para a cidade, rendendo-lhe o título de “Cidade Educativa”, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)².

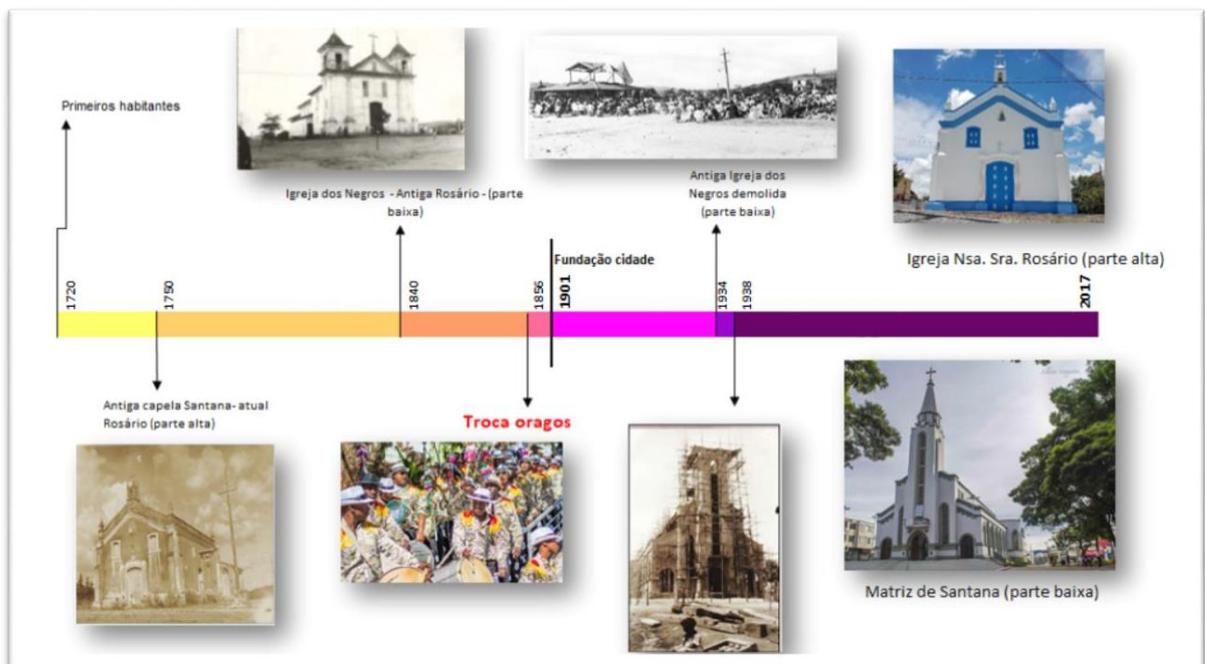
² Título reconhecido em 1971, em Paris (França), entregue à cidade pela Comissão Permanente para o Desenvolvimento da Educação, mais conhecida por Comissão Faure (CARVALHO, 2001).

Figura 7 - Mapa Centro-Oeste Mineiro – ênfase município de Itaúna



Fonte: Prefeitura de Itaúna [2021].

Figura 8 - Linha do Tempo da Cidade de Itaúna/MG



Fonte: elaborado pela autora.

O povoado de Santana de São João Acima surgiu ao redor da capela de Santana, aglutinando os agricultores, pecuaristas e os poucos mineiros espalhados por toda a região. Dom Frei José da Santíssima Trindade, Bispo de Mariana, visitou a cidade em 1824, e deixou as seguintes impressões sobre a localidade e sua capela:

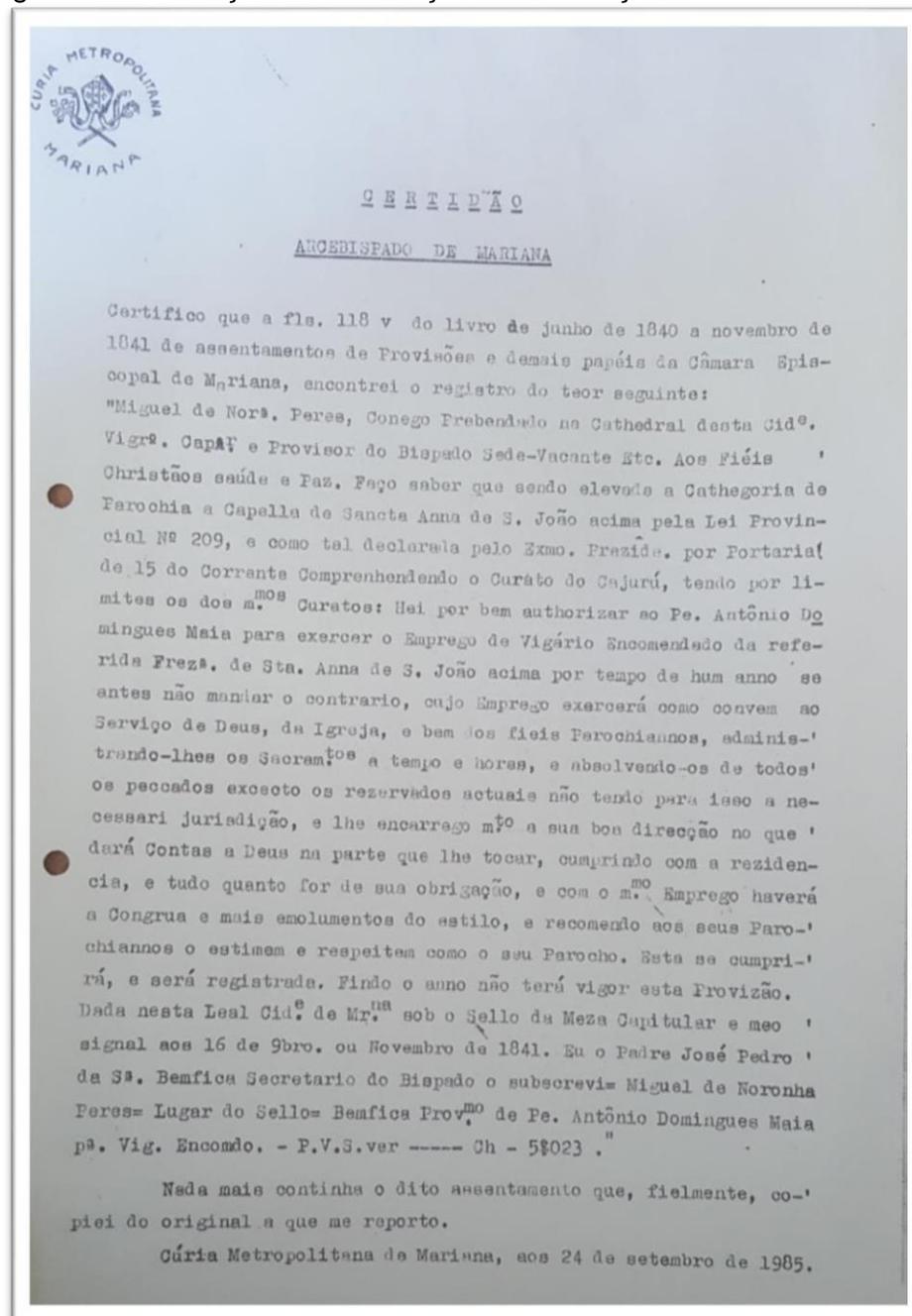
A capela de Santana de São João Acima, igualmente entre o nascente e o sul, dista da capela de Santo Antônio 4 léguas e é a mais vizinha, e da vila 12 léguas; o seu capelão, o Padre José

Bernardino de Sousa, maior de 60 anos. A quatro léguas tem o oratório do alferes Inácio Coelho de Moraes e contém pelo mapa do pároco, dado em 1823, o número de 1829 almas, tendo sua Excelência Reverendíssima crismado nesta capela 1620 pessoas. No ano de 1822, deram a esta capela de extensão 7 léguas e 4000 almas, com pouca diferença, e parece que pelo número das que crismaram, tendo contemplação aos que já estavam crismados, ao de longe e aos que não puderam chegar no curto espaço de quatro dias. A capela é pequena, de sorte que a Pia Batismal não permite o seu lugar de resguardo, contudo é toda de pedra e tem um só altar. Está muito pouco ornada, ainda que sem indecência, que escandalize, e os ornamentos estão sofríveis. O seu local é sobre uma pedreira que lhe serve de alicerce e a ela vai-se de propósito, porque fica em alto com meia dúzia de casas em circunferência, tendo, embaixo e na planície, o arraial no fim do qual passa o rio São João, que formoseia o mesmo arraial e oferece comodidade aos habitantes, enquanto os que moram junto à capela padecem faltas de águas para beber, sendo-lhes necessário [mandá-la] buscar abaixo. (SANTÍSSIMA TRINDADE, 1998, p. 142).

Segundo informações do bispo, a capela do Morro do Rosário, construída nos primeiros anos da ocupação, localizava-se próximo ao rio São João. Esta foi construída no alto do morro, onde se localizavam seis casas, para que pudesse ser ampliada, e a população vivia perto do rio São João, visto que o local era mais favorável para o desenvolvimento devido à sua proximidade com o rio. O percurso da capela decorreu sem perturbações significativas, pois a população continuou a trabalhar na agricultura e na mineração. Nas primeiras décadas do século XIX, a produção mineira foi superada pela agropecuária que, desde o início, sempre foi em quantidade modesta e produzida de forma precária e primitiva.

Em 3 de abril de 1839, a Lei nº 138 transferiu o curato de Santana de São João Acima da Paróquia de Pitangui para o do Espírito Santo de Itapeçerica, criado pela mesma lei. Dois anos depois, em 7 de abril de 1841, a Lei nº 209 criou a Paróquia de Santana (ver Figura 9), trazendo à sua jurisdição o curato do Carmo do Cajurú. Nesta época, contavam com 96 pequenas habitações, 480 habitantes, sendo seu primeiro vigário encomendado o Padre Antônio Domingues Maia. Em 1849, assumiu a Paróquia de Santana o Padre João da Cruz Nogueira Penido, substituído, três anos depois, pelo Padre João Batista de Miranda, construtor do novo cemitério em terrenos doados pelo Capitão Felizardo Gonçalves. Abaixo, tem-se o documento da transcrição feita em 1985 pela Cúria Metropolitana de Mariana (MG), referente à autorização episcopal para elevar a igreja da Matriz de Santana como Paróquia.

Figura 9 - Transcrição da autorização de construção da Matriz de Santana



Fonte: Museu Municipal de Itaúna (1998).

Ainda sob as ordens do Padre João Batista, em 1853 houve a troca de oragos entre as capelas de Santana e a de Nossa Senhora do Rosário, igreja construída pelos negros em 1840 (ver Figura 12). A determinação para que fosse feita a mudança partiu dos frades capuchinhos, que perceberam que a igreja dos negros estava em local de acesso mais fácil para os fiéis espalhados pelas margens do Rio São João. Segundo Dornas Filho, a mudança da matriz para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário deu-se em 1856, ensejando as obras de ampliação do pequeno

templo. Segundo o IPAC (Inventário de Proteção do Acervo Cultural de 2013), a reforma se arrastou até 1875 (ver Figura 11), quando foram terminadas as pinturas internas, de autoria do artista Pedro Campos, natural de Sabará, auxiliado por Antônio José dos Santos.

João Dornas Filho (1936) anota as transformações ocorridas:

O antigo arraial prosseguiu em seu desenvolvimento, sem grandes lances ou fatos históricos, com lentidão, como era próprio da vida da província, mas com segurança e continuidade. Desceu pelas fraldas da Colina do Rosário, a partir da Capela de Santana, ao longo da antiga Rua Direita, como sempre sinuosa nas vilas mineiras em formação, para alcançar o vale do Rio São João, e, por ele, se espriar [espraiar-se]. As primeiras residências, modestas choupanas, eram substituídas por casas de pau-a-pique ou já grandes casarões edificadas tendo por base as sólidas estacas de aroeira, precursoras do concreto armado e dos vergalhões. (DORNAS FILHO, 1936, p. 52).

Essas edificações datadas da década de 1960, já em situação de ruínas, na antiga Rua Direita, no início da subida da Colina do Rosário, a partir de 1964 foram sendo progressivamente substituídas (ver Figura 10), inclusive para a construção de aparelhos educacionais (SOUZA, 1986, p. 93), como o Grupo Escolar “João Dornas Filho”, a Escola do Serviço Social da Indústria (SESI) “Dr. Dario Gonçalves de Souza” e a Escola de Fundação “Marcelino Corradi”, construídas nas décadas de 1960 e 1970 na atual Rua Getúlio Vargas.

Figura 10 - Itaúna em Décadas – Rua Getúlio Vargas



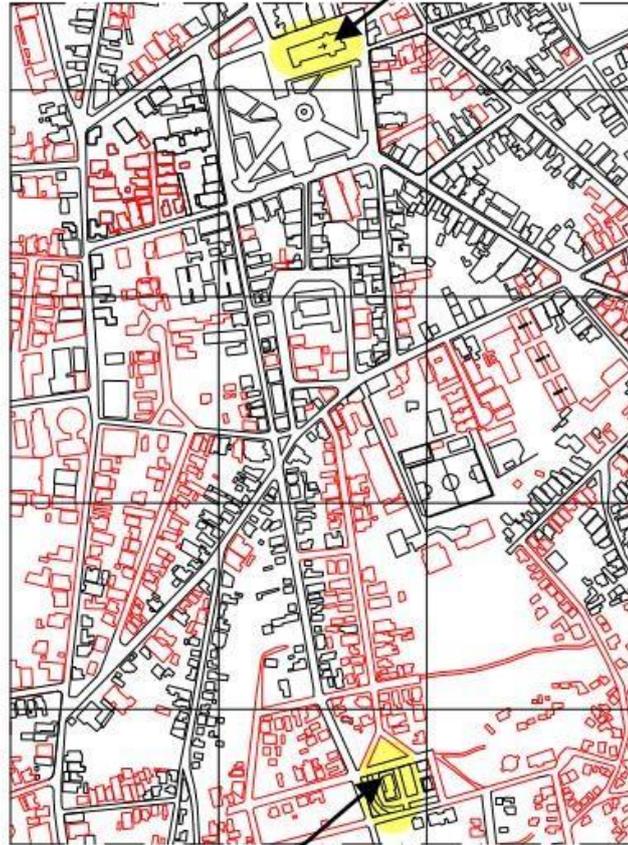
Fonte: Museu Municipal de Itaúna, década 20.

Figura 11 - Esquema de localização das Igrejas



Em 1856 houve a troca das capelas: no lugar da Capela do Rosário foi construída a 1ª Matriz de Santana, com obras que percorreram 19 anos. O templo ficou voltado para o lado do fazendeiro que com mais donativos contribuiu para a construção.

1ª Matriz de Santana construída em 1856.
ACERVO: Arquivo Público Municipal de Itaúna.



FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA, Departamento de Engenharia, Jul/1999.

Mapa Cadastral do Município de Itaúna.

LEGENDA

- TRACADO/OCUPAÇÃO ANTERIOR A 1946
- TRACADO/OCUPAÇÃO POSTERIOR A 1946

Uma nova Igreja de Nossa Senhora do Rosário tomou o lugar da antiga Capela de Santana, em 1856.

Igreja de Nossa Senhora do Rosário em 04/07/1948.

ACERVO: Arquivo Público Municipal de Itaúna.



Fonte: Prefeitura Municipal de Itaúna (1999).

Figura 12 - Missa Campal após demolição da antiga Igreja do Rosário



Fonte: Itaúna em Décadas (2010).

3.1.2 Itaúna e a Religiosidade

Desde a ocupação da região, a fé católica se difundiu e esteve presente no seio das famílias em Paragem do Rio São João. Quando a família Camargos chegou no território em 1739, a primeira família a ser consolidada na travessia do rio São João, foi erguido um oratório. Os irmãos Camargos, João Lopes de Camargo e Inácio Lopes de Camargos, que eram irmãos de Gabriel da Silva Pereira e Tomás Teixeira, difundiram a religião pelas regiões.

Segundo Nogueira (2003), isso demonstra a forte religiosidade da família Camargos nesta região. Como explica o autor, antigamente capelas e oratórios eram distintos do que são hoje, sendo construções físicas utilizadas verdadeiramente para o culto divino. Havia também oratórios privados, que eram pequenas capelas dentro das fazendas.

Além disso, elas foram especialmente concebidas para a expressão religiosa pública, disponíveis nas terras dos agricultores.

O bispo da diocese tinha que dar seu consentimento para a construção de capelas, oratórios e igrejas. Era preciso combinar como manter o edifício, estabelecer o clero e outras atividades, além da necessidade de obedecer às regras da arte sacra.

Uma capela doméstica é referida, em documentos antigos, como um

repositório, de acordo com Nogueira (2003). A ermida era uma dessas, sendo usada pelos mais antigos, que não tinham nenhuma igreja para seus sacrifícios ou vestes para os padres. Quando havia um oratório em um lugar, mas nenhuma igreja, a ladainha, o ofício de Nossa Senhora, era designada a um cidadão alfabetizado de prestígio na região.

Em torno das fazendas, mais tarde, foram construídas casas para venda, assim como pousadas, que eram frequentadas aos domingos. Os religiosos iam a estes estabelecimentos para celebrar a missa, realizar batismos e casamentos. Logo, uma capela de tijolos de lama e altares rústicos se tornou o templo definitivo.

A cruz franciscana instalada como ponto de referência para os cristãos, acabou se tornando um espaço de culto religioso, a área foi protegida por arbustos, funcionando assim, como uma capela. As pessoas se reuniam ali para as festividades religiosas e agricultores e mineiros construíram casas perto dessas capelas. Ademais, os arraiais, termo designado para um grupo de pessoas que se reúne para assistir aos cultos religiosos, foram formados pelos franciscanos, segundo Dornas Filho (1936).

Já segundo Melo (1997), a cruz da aroeira, no morro do Rosário, lembrava Jesus Cristo com os braços estendidos, e protegia a vila de Santana do Rio São João Acima. Em 1831, um curato chamado Padre José Francisco Rabelo vivia na vila de Santana do Rio São João Acima; um mulato de 56 anos chamado Diogo dos Santos Costas servia como sacristão.

Em 3 de abril de 1839, uma lei estadual permitiu que o pároco do Espírito Santo do Itapeçerica (hoje Divinópolis) se tornasse pároco de Santana de São João Acima (Itaúna), e Cajuru foi transferida para a jurisdição de Pitangui. Em agosto daquele ano, foi feito um censo na província de Minas Gerais. Dezesseis blocos foram criados em Santana, cada um com 25 casas. Os moradores do bloco número um (Capela de Santana, hoje Capela do Rosário) optaram por se reunir na Capela de Santana, no alto morro da Lage (Morro do Rosário), onde estava localizada a Capela de Santana.

Eis um resumo do recenseamento feito em 1831, abrangendo toda Santana do Rio São João Acima, incluindo Cajuru. Tinha quatrocentas residências e 2.756 habitantes, sendo 1.728 livres e 1.028 escravos. As profissões mais comuns eram de fiadeira, que equivale a de prendas domésticas, de até pouco tempo; jornaleiro, aquele que trabalhava por dia, lavrador, tecedeira, ferreiro,

carpinteiro, alfaiate, negociante, principalmente dono de venda, que era conhecida por taverna (...). Esta era Santana do Rio São João Acima que aspirava ser paróquia. (MELO, 1997, p. 132).

Em 7 de abril de 1841, o marechal Sebastião Barreto Pinto, chefe da província, elevou Santana Curato de capela para paróquia, incluindo Cajuru. Posteriormente Itaúna foi administrada pelos párocos Antonio Domingos Maia, João da Cruz Nogueira Penido, João Batista de Miranda, Antonio Maximiano de Campos, João Ferreira Álvares da Silva, Cornélio Pinto da Fonseca, Joaquim Batista de Queiroz, Inácio Fidélis Campos, José Augusto Bastos, José Ferreira Neto e Luis Carlos Amorim.

No Brasil, Santana foi uma das muitas aldeias que surgiram como um lugar onde as pessoas se reuniam para festejar. O ano começou com festas que duraram o ano todo em um país com maioria católica. A celebração começou com a Festa dos Reis, seguida dos nove dias de devoção a São Sebastião e da Semana Santa. Segundo Dornas Filho (1936), o ano passou com alegria.

Assim eram as festas e comemorações, com a Igreja sempre presente em todas as fases da vida do paroquiano, desde o nascimento, no batizado (...). Foi de Portugal que herdamos esta tradição (...). Depois vinha a crisma, o que acontecia quando da visita do bispo, figura eclesiástica realçada pela sua cor própria em algumas partes da vestimenta, cor-de-bispo, a cor roxa (...). Depois para as crianças mais crescidinhas, em vésperas de receberem a primeira comunhão, havia o catecismo (...). A preparação para a primeira confissão (...). E, pelas etapas da vida iam seguindo os roteiros, retiros espirituais, cursos de noivas, extrema-unção (...). De tempos mais recente, a procissão de *Corpus Christi* vinha se esmerando no visual. (MELO *et al.* 1997, p. 141).

Segundo Carvalho (2001), o catolicismo considera que os santos partiram de seus reinos para descer à Terra e povoar entre nós, atravessando as formas materiais para permanecer nos oratórios e habitar os escapulários bentos das pessoas.

Assim, os oratórios na aldeia de Santana abrigavam os santos de devoção familiar, que eram conhecidos no passado, construídos com materiais mais finos e trabalhados ou confeccionados a partir da arte popular, criados de forma mais simples, rústica, mas com muita alma e paixão.

Melo (1997) relata que os primeiros habitantes da região onde se situa o Arraial de Santana do São João Acima fugiram das principais áreas auríferas da Capitania para as minas de ouro, estabelecendo-se na região do Morro do Rosário.

Havia cerca de 200 moradores vivendo ali no século XVIII, em que todos eram cristãos e tinham pequenas capelas de madeira em suas casas.

3.1.3 O Ano de 1853

Conforme o historiador itaunense João Dornas Filho (1936), as festividades do Reinado em Itaúna tiveram origem no ano de 1853, quando houve a troca das Imagens de Senhora Santana e de Nossa Senhora do Rosário das Igrejas às quais pertenciam. A imagem de Senhora Santana foi transferida para uma igreja (demolida no ano de 1934) construída pelos negros, que se localizava onde hoje se encontra a atual Matriz de Santana.

Já a imagem de Nossa Senhora do Rosário foi transferida para a igreja conhecida, atualmente, como Igreja de Nossa Senhora do Rosário (antes era chamada Igreja de Senhora Santana, que foi construída pelos portugueses no ano de 1750). Ao aceitarem a troca, os negros conduziram a imagem de Nossa Senhora do Rosário para a Igreja do alto do Morro do Rosário, cantando e tocando caixas (ver Figuras 13 e 14).

João Dornas Filho (1936, p. 68) assim descreve o Reinado: "Consistia esta festa, meio pagã, meio religiosa, que realizava a 15 de agosto, em danças e cantos africanos acompanhados de caixas, xique-xiques, caxambus, violas e sanfonas, adufes etc."

Figura 13 - Reinado em Itaúna, década de 1950 – Acervo Museu Municipal Francisco Manoel Franco, Itaúna/MG



Fonte: Prefeitura Municipal de Itaúna (1950).

Figura 14 - Reinado de Itaúna, década de 1950 – Acervo Museu Municipal Francisco Manoel Franco, Itaúna/MG



Fonte: Prefeitura Municipal de Itaúna (1950).

De acordo com Dornas Filho (1936), os negros usavam roupas coloridas, decoradas com fitas coloridas, espelhos, vidros e marchavam até a residência do rei do partido, que era escolhido anualmente, enquanto acompanhados por uma bandeira com a imagem de Nossa Senhora do Rosário, que acreditavam proteger os peregrinos.

Ao chegar à Igreja do Rosário, os reis presidiam a mesa das promessas, que se cumpriam ao redor da igreja, pois todos os acompanhantes os escoltavam. Houve três dias de festividades antes dos brancos também participarem e rezarem com os negros em honra a Nossa Senhora do Rosário, a padroeira dos pobres.

O Reinado, desde sua origem, continuou por quase cem anos e sendo realizado sem transtornos, até que, no ano de 1930, por ordem do Arcebispo mineiro,

todas as festas afro-brasileiras foram proibidas.

A ameaça de excomunhão espalhou-se, assustando as comunidades; conseqüentemente, paralisaram a festa em quase todo o Estado de Minas Gerais. Contudo, a festa em Itaúna não findou, apenas deixou de ser realizada na Igreja do Rosário (ver Figuras 16, 17, 18 e 19), que teve suas portas fechadas para os negros em 1938. Dona Sãozinha³ (ver Figura 15), Rainha-Maior do Reinado, reconstrói, com suas memórias, este momento:

Isso é um caso, que eu vou contar, porque eu conheci. Quando a minha mãe era rainha, nos dois primeiros anos ela fez a festa, um padre ou um bispo mandou fechar a Igreja, porque não queria o congado. (...) foi quando minha mãe foi fazer a festa, mesmo que com a Igreja fechada. Então me lembro, no primeiro ano que minha mãe foi Rainha Conga, nós fizemos na porta da Igreja. Tinha um buraco assim e ficava todo mundo vendo a santa lá dentro. O povo dançando e a Igreja fechada. (OLIVEIRA, 2011, p. 114).

³ Maria da Conceição de Jesus, chamada carinhosamente pelos congadeiros como Dona Sãozinha, ocupa o cargo de Rainha Maior, tem 89 anos, e foi coroada aos 19 anos. Dona Sãozinha também é considerada patrimônio cultural de Minas Gerais desde 2009, por meio de um projeto de resgate à história dos moradores mais antigos, que participaram e fizeram história nas cidades mineiras. Entrevista para Sueli do Carmo Oliveira, em 2010.

Figura 15 - Dona Sãozinha – Rainha maior do Reinado Itaúna



Fonte: Salles (2010).

Figura 16 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário – 1948



Fonte: Arquivo Público Municipal de Itaúna (1948).

Figura 17- Igreja do Rosário – Alto do Rosário – 2014



Fonte: acervo particular.

Figura 18 - Igreja do Rosário – Alto do Rosário – 2021



Fonte: Acervo particular.

Figura 19 - Altar-mor da Igreja Nossa Senhora do Rosário (único exemplar do barroco na cidade) – 2010



Fonte: acervo particular.

3.1.4 A Nova Igreja da Matriz

A ampliação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (ver Figura 20), sendo agora a nova Igreja Matriz de Santana, contou com a colaboração dos fazendeiros Sargento-Mor Nicolau Coelho Duarte, Tenente Coronel Antônio Lopes Caçado, Guarda-Mor Antônio de Sousa Moreira, Tenente José Ribeiro Azambuja, Sargento-Mor Manoel Gonçalves Caçado e outros.

No entanto, o que parecia ser um sinal de desprendimento de todos em favor da coletividade, camuflava, na verdade, interesses pessoais. Cada fazendeiro desejava que a porta do novo templo fosse voltada para o lado de sua fazenda e, diante desse impasse, as obras foram paralisadas.

A solução encontrada pelo Padre João Batista foi definir que a porta seria voltada para o lado do fazendeiro que mais doasse donativos para as obras. A inusitada concorrência foi vencida pela família Coelho Duarte, que doou madeira, 15

escravos, entre eles pedreiros⁴ e carpinteiros, e mais 200 mil réis em dinheiro.

Em 1875, sob o comando do vigário Antônio Campos, a igreja foi concluída. No século XX, a Matriz sofreu novas intervenções, em 1916 sob o comando do Padre João Ferreira Alvares, e em 1926 foram realizadas obras pelo vigário Cornélio Pinto da Fonseca. Em 1934, em nome do progresso, a igreja foi demolida para dar lugar a um novo e mais amplo templo.

Figura 20 - Antiga Igreja do Rosário – demolida para a construção da nova Igreja de Nossa Senhora do Santana



Fonte: Arquivo Público Municipal (1920).

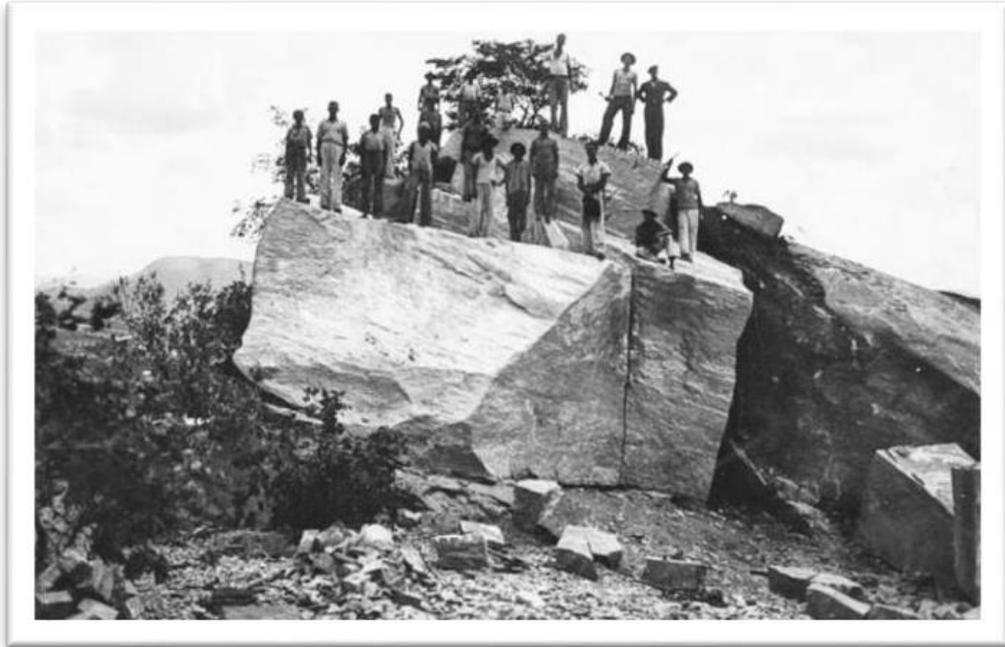
O padre Ignácio Campos, junto com a comunidade, decidiu pela demolição da antiga igreja, então em precário estado de conservação, alegando ser a melhor escolha construir uma nova casa religiosa ao invés de restaurar um antigo templo construído pelos antepassados.

Abaixo, encontra-se a foto do registro dos trabalhadores na pedreira para extração de pedras para a construção da nova Igreja (ver Figuras 21 a 28), em 1935.

O velho relógio da Matriz realejava 2 horas da tarde. Ao sopé da colina do rosário, alguns trabalhadores suavam e tressuavam sob a soalheira do estival, na extração de pedras para a nova Matriz, quando lhes interrompeu a labuta súbita explosão. (CARVALHO, 2001).

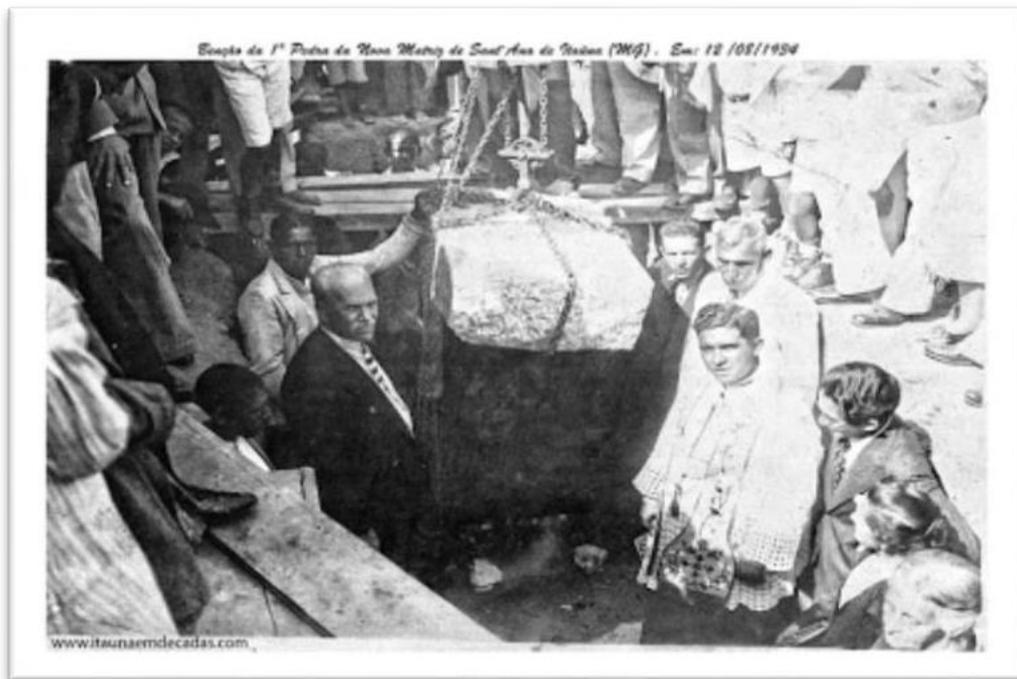
⁴ O jornalista e escritor Laurentino Gomes (2019), em sua festejada obra "Escravidão", descreve o que o historiador Ronaldo Vainfas chamou de "moral cristã da escravidão" e de "projeto escravista dos religiosos".

Figura 21 - Local de retirada das pedras para fundação da Matriz de Santana



Fonte: acervo Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, década 30.

Figura 22 - Pedra Fundamental na nova Igreja de Santana



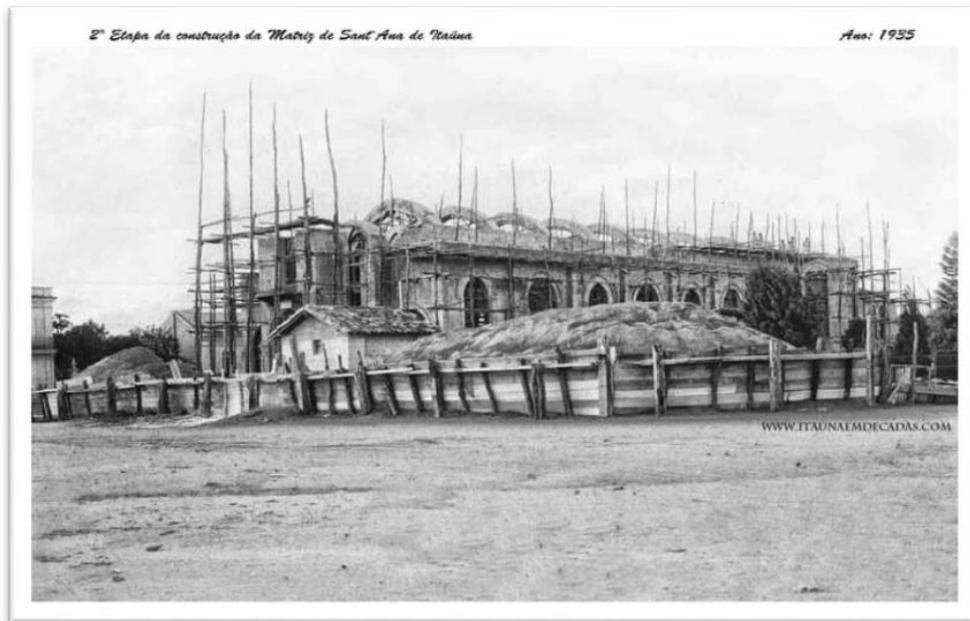
Fonte: acervo Paróquia de Santana (1934).

Figura 23 - 1ª etapa da construção da nova Igreja de Nossa Senhora de Santana – 1935



Fonte: acervo Paróquia de Santana (1935).

Figura 24 - 1ª etapa da construção da nova Igreja de Nossa Senhora de Santana – 1935



Fonte: acervo Paróquia de Santana (1935).

Figura 25 - Instalação do telhado da nova Igreja de Nossa Senhora de Santana – 1935



Fonte: Acervo Paróquia de Santana (1935).

Figura 26 - Igreja Nossa Senhora de Santana – 1938



Fonte: acervo Paróquia de Santana (1938).

Figura 27 - Igreja Nossa Senhora de Santana – 1934



Fonte: acervo Paróquia de Santana (1938).

Figura 28 - Praça da Matriz – 1960



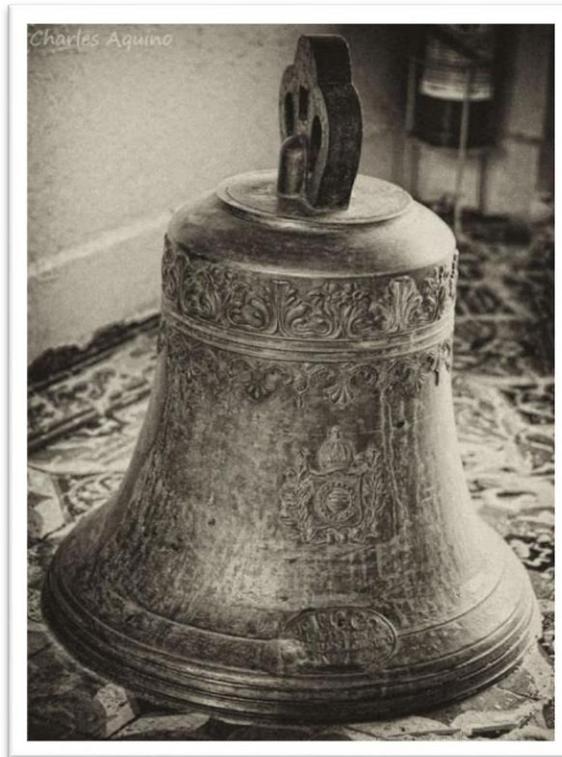
Fonte: acervo Paróquia de Santana (1960).

A construção da nova Igreja teve como ponto de partida não apenas a religiosidade, mas também toda simbologia e imponência que a classe dominante da nova cidade representava na edificação.

Conforme registro no IPAC (2003), o sino do novo templo foi enviado de Portugal, confeccionado em bronze fundido, no período do Brasil Império, apresentando em alto relevo o Brasão do Império, simbolizando a relação entre o Poder Imperial e a Igreja Católica (ver Figura 29).

Historicamente, os sinos nas igrejas têm sido usados para chamar as pessoas para a oração. Em alguns lugares, eles também sinalizam o tempo, já em campanários, são usados para chamar as pessoas para a missa. De acordo com a história, por volta de 1600, a produção de sinos se desenvolveu a ponto de produzir determinados tons, melodias e notas, ou seja, sua confecção envolvia arte e conhecimento.

Figura 29 - Sino Brasil Império



Fonte: acervo Museu Municipal de Itaúna, década 30.

3.1.5 Inversão de Polaridade na Assimilação Sociocultural Local

Essa festa não acaba, essa festa não tem fim.
Se essa festa acabar, o que será de mim?
Cântico de Moçambique

A área central da cidade foi, então, transferida para a área plana, que se tornou a Praça da Matriz, Igreja Nova de Nossa Senhora de Santana, por razões econômicas, privilegiando as classes mais abastecidas (ver Figura 30). Todo o investimento da cidade voltou-se para essa área.

Outrossim, foi construída, na época, a rodoviária da cidade, permitindo o desenvolvimento do comércio e de toda a infraestrutura viária e urbana. Já a região do Alto do Rosário, que foi o berço da cidade de Itaúna, foi esquecida e passou a ser conhecida, de maneira pejorativa, como “a região dos negros”.

Figura 30 - Travessa Cel. Arthur Vilaça (vista antiga da Igreja do Rosário – demolida – acesso ao Alto do Rosário, onde, na época, ficava a Igreja da Matriz)



Fonte: acervo do Museu Municipal de Itaúna (1920).

A rua principal, que dá acesso ao Alto do Rosário e que era antes conhecida como Rua Direita, foi popularmente batizada como Rua da Zona, pois, ao longo dos anos, foi se tornando uma área de marginalização, bordéis e pontos de venda de drogas. Uma pequena praça que delimitava o encontro da antiga Rua Direita com os acessos para a nova Praça da Matriz ficou popularmente conhecida como Praça do Capeta.

O Alto do Rosário é uma área conhecida pelo mapeamento de criminalidade como Zona Quente de Criminalidade (ZQC), reduto de drogas e depreciação dos imóveis, contando com apenas um Posto de Saúde, além de não haver escolas para a comunidade. A área do Alto do Rosário dista em 1,5 km do centro da cidade, sendo este último o espaço de maior especulação imobiliária, com grande concentração de escolas públicas e particulares, além de diversos estabelecimentos comerciais.

A Praça Dr. Augusto Gonçalves é a referência urbana mais significativa de Itaúna. Ela serve como centro religioso, político e comercial da cidade, abrigando as principais instituições, serviços e lojas municipais e as financeiras da cidade. Além disso, as estradas convergem sobre a cidade, tornando-a um importante lugar de sociabilidade, bem como uma área de passagem obrigatória para quem se desloca através da malha urbana.

Sabe-se ainda que este é um lugar de encontro para crianças, jovens, adultos e idosos, assim como um lugar de sociabilidade devido ao seu mercado semanal de

artesanato e atividades de festas da Paróquia Nossa Senhora de Santana. Suas frondosas árvores, o mobiliário urbano e as festas que acolhe contribuem para o seu “bem-estar”. Ali acontecem todos os eventos da cidade até 1988, com a construção do ‘Espaço Cultural’ (anexo à Câmara), para onde foram deslocados os festejos de grande porte. Este resguarda um generoso estacionamento e serve como local de trabalho para ambulantes vendedores de sorvetes, algodões-doces e balas. Ademais, foi a Praça da Matriz que recebeu o primeiro “arranha-céu” de Itaúna, o Edifício Benfica, de 14 andares, construído no final da década de 1970.

As principais linhas de ônibus atravessam o logradouro e o tráfego é intenso. Além disso, a praça está incluída na área do primeiro núcleo de formação urbana de Itaúna, mas sua arquitetura se encontra bastante modificada por adaptações ao comércio e pela inserção de novas construções, destacando-se apenas a Matriz em estilo neogótico e o moderno edifício do Fórum.

Os outros lugares são compostos por imóveis sem pretensões estético-estilísticas que, por serem adaptados ao comércio, trazem placas e letreiros publicitários em excesso. Tal fato também ocorre nas vias que dela saem, escondendo interessantes remanescentes ecléticos.

A alta torre da Matriz, que antes reinava absoluta nas visadas direcionadas para a praça, hoje perdeu escala, escondida pelos altos prédios construídos no centro de Itaúna. A tendência ao adensamento, à verticalização e à substituição do uso residencial, predominante por serviços como consultórios, escritórios de contabilidade ou advocacia, compromete a integridade dessa arquitetura remanescente. Ademais, a via é plana, asfaltada, arborizada e servida de todos os equipamentos e mobiliários urbanos.

O resgate da identidade local e a preservação dos valores culturais são ações que permitem o reconhecimento da trajetória de um povo em sua apropriação no espaço. O historiador itaunense Guaracy de Castro Nogueira⁵ registra a apropriação da população com os espaços:

Defendo intransigentemente a manutenção dos nomes dos logradouros públicos. Não será por mera bajulação ou mesmo para homenagear mortos ilustres que se lhes trocará a denominação. Não faltam logradouros públicos novos para se utilizarem no preito

⁵ Guaracy de Castro Nogueira era um professor, historiador e advogado da cidade. Escritor de vários livros e fundador do Instituto Maria de Castro Nogueira, que salvaguarda grande parte da história local. O texto citado foi referente à entrevista sobre o Projeto Ruas de Itaúna.

aqueles que o merecem. Quem dá nome a logradouros públicos é o povo, por meio dos vereadores e do consenso da Câmara Municipal. Só em regimes autoritários é que o Prefeito ou a autoridade executiva dá nomes às coisas. Os nomes antigos foram batizados pelo uso e costume dos cidadãos. A lei apenas homologava a vontade popular. Até por respeito à história, conveniente seria que se preservassem os nomes antigos muitos dos quais mais saborosos. Onde estão a Rua do Cascalho, a Rua do Canto, a Rua das Piteiras e o Alto da Laje? A política é terrível. (NOGUEIRA, 2003).

Isso significa que a vida coletiva e a estrutura social de uma comunidade são as responsáveis pela definição e redefinição de marcos em seu território, que se tornam singulares devido à sua constante mudança e desenvolvimento. Estes incluem festas folclóricas e religiosas, música, o patrimônio construído, artesanato, como as coisas são feitas, culinária e outras atividades populares, sendo todas elas bens culturais de uma comunidade (ver Figuras 31, 32 e 33). Estes bens estão dispostos na sombra das árvores, no mobiliário urbano, nas feiras semanais de artesanato e nas festas da Paróquia de Santana.

O processo histórico, todavia, não está presente apenas na literatura, mas também faz parte do cotidiano dos itaunenses. A história da comunidade, aliada a interesses individuais regidos pelo poderio econômico, mudou a polaridade de toda a cidade, criando uma área de marginalização ao confinar toda um espaço a uma situação social inferior, renegando a seus habitantes acessos e condições mínimas de civilidade.

Figura 31 - Festa Reinado – celebração que se iniciou em 1853 com a troca dos oragos – 2015



Fonte: Arquivo Público Municipal de Itaúna (2015).

Figura 32 - Entrada da Igreja do Rosário para receber a Santa



Fonte: Prefeitura Municipal de Itaúna, agosto de 2015

Figura 33 - Festa do Reinado



Fonte: Arquivo Público Municipal de Itaúna (2011).

A partir de um momento histórico, todo o planejamento urbano da metrópole foi redefinido, fadando toda uma região, até então promissora, ao descaso, além de criar um abismo social entre ela e as áreas próximas. Apesar de o Plano Diretor criar instrumentos urbanísticos para valorizá-la e colocar as duas áreas citadas na mesma dominação e com condições equivalentes, transformadas em Áreas de Diretrizes Especiais, a realidade é completamente oposta.

Após a fundamentação teórica e o contexto histórico vinculados ao objeto de investigação e algumas de suas questões o procedimento de análise adotado para se atingir os objetivos dessa pesquisa considerou primordial o conhecimento de dados estatísticos sobre a localidade, como os que o Censo Demográfico nos apresenta, assim como o conhecimento das memórias e experiências locais, como as que a comunidade e das duas áreas da cidade estudadas. São esses dados, de caráter quantitativo e qualitativo, que perfizeram análise apresentada a seguir.

4 ANÁLISE

4.1 Legislação

4.1.1 Plano Diretor

O planejamento urbano possui propriedades que ultrapassam aspectos físicos e territoriais. O ordenamento do território tem funcionalidades maiores que garantem o direito à cidade, do acesso a tudo que envolve o ambiente construído, como o direito à terra urbana, direito à moradia, acesso à infraestrutura urbana como saneamento ambiental, transportes além de serviços públicos, trabalho e lazer.

No planejamento a oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população, respeitando as características locais. Nesse processo é necessário um entendimento da cidade e do espaço a fim de corrigir deformidades do crescimento urbano que afetam tanto a sociedade quanto o meio ambiente.

O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, regulamento os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, com o objetivo de incremento na política urbana com a execução de mecanismos de reforma urbana voltados a viabilizar a inclusão social e territorial nas cidades brasileiras.

(...) Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.
§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Um dos mais significativos instrumentos previstos no Estatuto é o Plano Diretor, com o objetivo de estruturar o planejamento do município como um todo, bem como fazer valer demais instrumentos que o próprio Estatuto determina.

O Plano Diretor é um instrumento criado para permitir a participação social no âmbito da gestão dos interesses públicos, uma vez que para sua efetivação é fundamental que exista, na sua formulação, a participação popular.

É nesse contexto que se introduz o plano diretor como ferramenta central do planejamento de cidades no Brasil. Conforme os artigos 39º e 40º do Estatuto da Cidade⁶, Estatuto da Cidade, o plano diretor é “o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana”.

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei.

Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

Sendo este o responsável em possibilitar o diálogo entre os aspectos físicos/territoriais e os objetivos sociais, econômicos e ambientais que constituem a cidade. O plano contempla diversos aspectos da urbanização, de forma que seu desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

A importância legal dessa legislação é clara em diversos aspectos, como estabelecido na Constituição Federal de 1988 que garante a legalidade deste instrumento.

O principal objetivo do Plano Diretor é orientar o desenvolvimento da cidade por um período de 10 anos, findado esse prazo deve ser atualizado e aprovado pela Câmara Municipal.

Este prevê o desenvolvimento sustentável da cidade, incluindo uma análise da situação social e econômica, uma avaliação do seu potencial, uma análise dos aspectos físicos e socioeconômicos do território, uma análise da situação ambiental, entre outros. O Plano Diretor também deve definir os instrumentos para a implementação do plano juntamente com o financiamento necessário.

⁶ LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001

Para a análise das duas áreas em estudo, foi feita a delimitação entre elas (ver Figura 34) para o levantamento das variáveis e estabelecido o perímetro definido pelo Plano Diretor de Itaúna, revisado em 2022⁷ (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA, 2008), que estabelece:

Seção I – da Macrozona Urbana (compreende as áreas urbanizadas e a de expansão urbana do Município, diferenciadas segundo as demandas de adequação dos usos à segurança, ao conforto da população e à proteção histórica, ambiental e paisagística).

As duas grandes áreas em estudo possuem em seu entorno a Zona Central adensada (constituída pela área do centro tradicional), em que se permite maior diversificação dos usos urbanos, de forma controlada, com vistas a: melhor adequação entre o adensamento populacional e edificado, disponibilidade de infraestrutura instalada e preservação do patrimônio histórico e arquitetônico nela edificado.

O núcleo principal de cada grande área possui legislação própria e é definido no Capítulo II do Plano Diretor, no que se refere às Áreas de Diretrizes Especiais (ADE)⁸:

Art. 22. As Áreas de Diretrizes Especiais, ADEs, do Município de Itaúna, delimitadas no Anexo II, são as seguintes:

I. ADE do Morro do Rosário;

II. ADE do Eixo Ferroviário Itaunense;

III. ADE da Praça Doutor Augusto Gonçalves – Praça da Matriz.

Parágrafo único. Nas Áreas de Diretrizes Especiais – ADEs, são aplicados parâmetros urbanísticos ou fiscais diferenciados, preponderantes aos parâmetros gerais previstos no macrozoneamento do Município.

Art. 23. A criação da ADE do Morro do Rosário tem por finalidade a proteção do conjunto arquitetônico nela contido e a preservação do direito à paisagem na cidade, por meio do controle altimétrico das construções da área e do entorno.

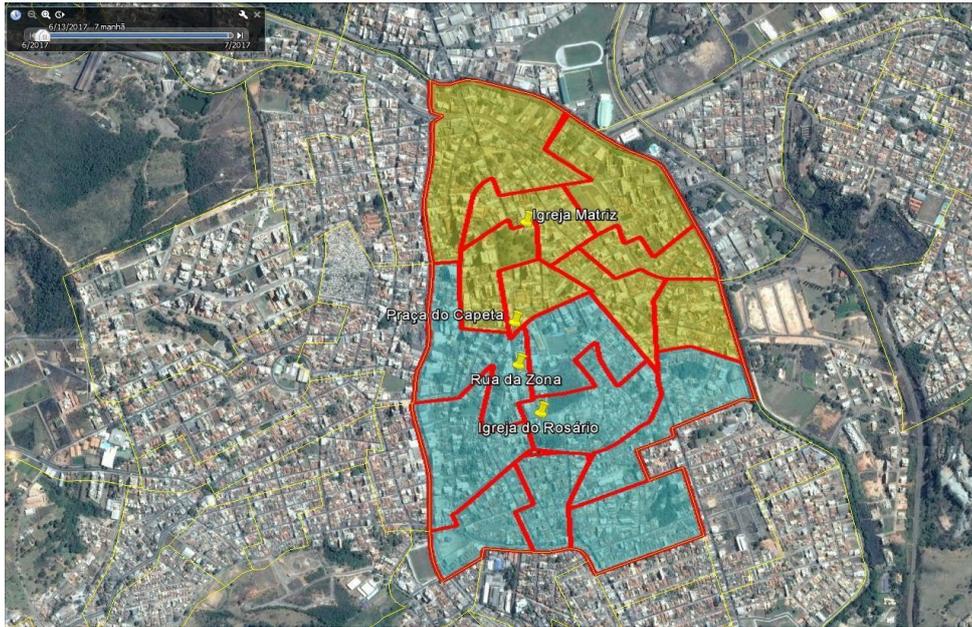
Art. 25. A criação da ADE da Praça Doutor Augusto Gonçalves – Praça da Matriz tem por finalidade recuperar e proteger o conjunto arquitetônico e paisagístico de estilo eclético da Praça e do seu entorno, por meio de:

- tombamento das áreas de interesse cultural;
- recuperação dos jardins e do traçado original;
- reordenamento do mobiliário urbano. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA, 2022).

Figura 34 – Delimitação das Áreas Centrais de Diretrizes Especiais

⁷ LEI COMPLEMENTAR Nº 172, DE 3 DE JANEIRO DE 2022

⁸ LEI COMPLEMENTAR Nº 172, DE 3 DE JANEIRO DE 2022



Fonte: Google Earth (2021).

Legenda: área da Praça da Matriz e entorno; área do Alto do Rosário e entorno.

Na legislação municipal, essas áreas de diretrizes especiais (ADE'S) são aplicados par parâmetros urbanísticos ou fiscais diferenciados, prevalecendo aos parâmetros gerais previstos no macrozoneamento do Município. É determinado também, que novas intervenções que interfiram no conjunto paisagístico, histórico e patrimonial do município deverão ser enviadas à análise e aprovação do Conselho Deliberativo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, Artístico e Ecológico de Itaúna – CODEMPACE.

4.2 Censo IBGE 2010

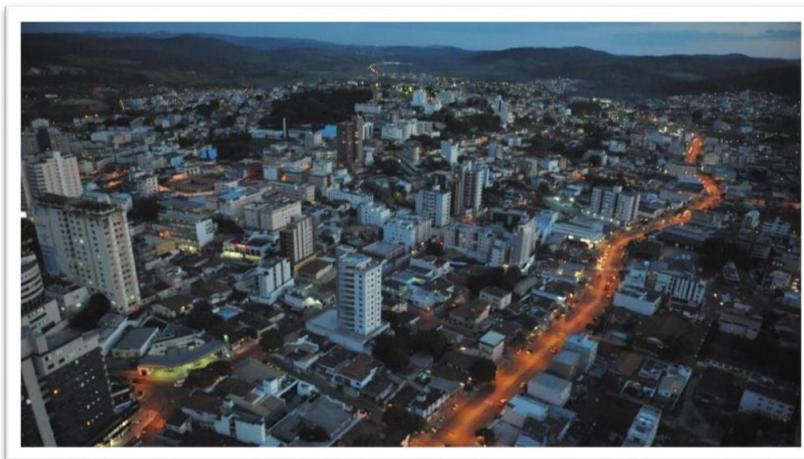
O primeiro censo no Brasil foi realizado em 1872, e o mais recente foi realizado em 2010, sendo que o próximo estava programado para ser realizado em 2020, porém, com a pandemia de Covid-19, a data prevista para o próximo recenseamento é no segundo semestre do corrente ano. De acordo com a Constituição do Brasil, o censo deve ser realizado a cada 10 anos e deve ser baseado no princípio da exaustividade. Os seus resultados são dados tanto quantitativamente (com números) quanto qualitativamente (com categorias).

Setor censitário é a unidade territorial de coleta das operações censitárias definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com limites físicos identificados. Para este trabalho, foi utilizado o Censo Demográfico de 2010.

Para a análise das áreas, utilizou-se a metodologia de percentual. Foram somados os valores obtidos pelo IBGE nas oito subáreas que definem a região total de cada setor (Área do Rosário e da Praça da Matriz) e, com essa somatória, foi retirada a média. Observou-se que, nas duas regiões, os valores de referência demonstraram uma melhora expressiva à medida que os domicílios estudados encontravam com a região da Avenida Jove Soares, popularmente conhecida como Prainha (Figura 35).

Essa região é formada por uma longa via de oito km, onde existe um córrego que foi coberto com placas de concreto em 1997, passando a ser usada para caminhada e prática de esportes e resultando em avanços para a região, que se tornou um polo de restaurantes, bares, comércio e eventos (ver Figuras 36 e 37).

Figura 35 - Vista aérea Avenida Jove Soares “Prainha”, 2016



Fonte: PSDB (2021).

Figura 36 - Bloco “Deu no que deu” – Carnaval 2021



Fonte: TV Cidade Itaúna (2021).

Figura 37 - Bloco “Deu no que deu” – Carnaval 2021



Fonte: acervo pessoal.

Os dados selecionados, permaneceram com a conceituação dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistemático do IBGE. Consta no site com os dados que estudos prévios foram realizados por pesquisadores da área de Geociências do IBGE, de forma que foram determinadas variações regionais e denominações específicas.

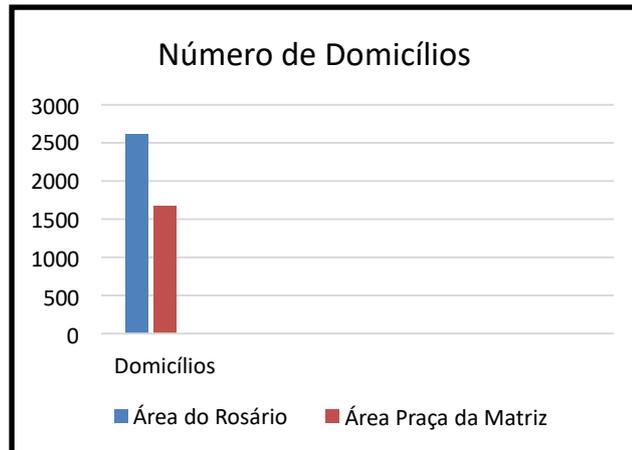
A terminologia usada neste trabalho foi retirada do próprio Censo do IBGE, que foram baseadas em literatura já existente, em documentos legais e a partir de pesquisas efetuadas pelas equipes técnicas das Unidades Estaduais do IBGE e suas Agências de Coleta no local das respectivas ocorrências.

4.2.1 Número de domicílios pesquisados pelo Censo IBGE 2010

- Área do Rosário e entorno: 2.616 domicílios.
- Área Praça da Matriz e entorno: 1.672 domicílios.

Considerou-se o número de domicílios pesquisados o total levantado pelo IBGE em cada área em estudo no ano de 2010. Apresentando assim um total de 2.616 domicílios na área do Alto do Rosário e 1.672 domicílios na região baixa da Praça da Matriz.

Gráfico 1- Número de domicílios



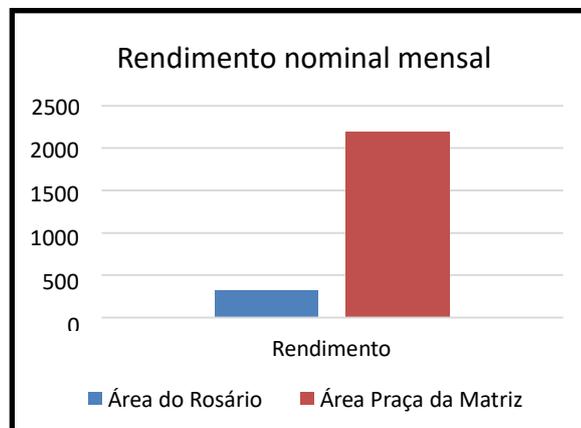
Fonte: IBGE (2010).
Gráfico elaborado pela autora.

4.2.2 Rendimento Nominal Mensal por Pessoa Responsável por Domicílio Particular Permanente

Considerou-se o rendimento nominal mensal da pessoa, de dez ou mais anos de idade, responsável pelo domicílio particular permanente, somando o rendimento nominal mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes. Para a apuração dos rendimentos segundo as classes de salário-mínimo, considerou-se o valor que vigorava no mês de referência, julho de 2010, quando este era de R\$ 151,00.

- Área do Rosário e entorno: R\$ 320,10. 2,11.
- Área Praça da Matriz e entorno: R\$ 2.202,40. 14,5.

Gráfico 2 - Rendimento nominal mensal



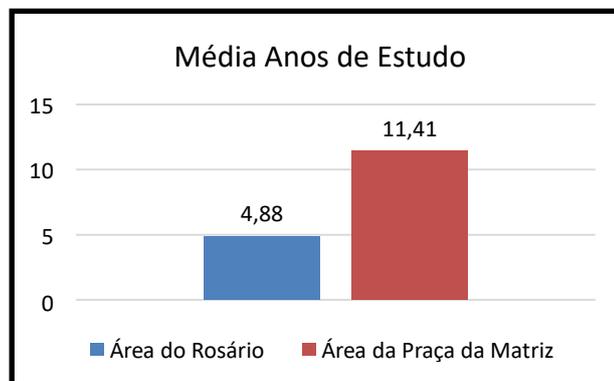
Fonte: IBGE (2010).
Gráfico elaborado pela autora.

4.2.3 Média do Número de Anos de Estudo das Pessoas Responsáveis pelos Domicílios Particulares Permanentes

Segundo o IBGE (2010), a classificação de anos de estudo foi estabelecida com o objetivo de compatibilizar os sistemas de ensino anteriores e o atual. Essa classificação foi obtida em função da última série concluída com aprovação no nível ou grau mais elevado.

- Área do Rosário e entorno: 4,88 anos.
- Área Praça da Matriz e entorno: 11,41 anos.

Gráfico 3 - Média anos de estudo



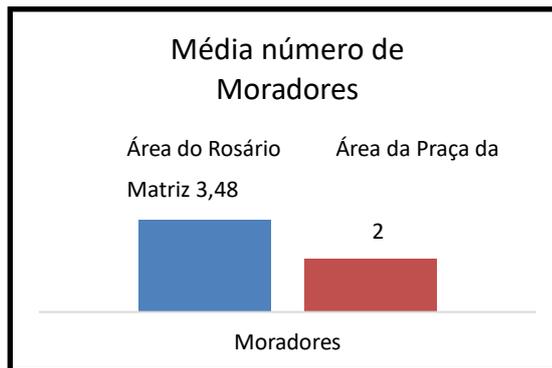
Fonte: IBGE (2010).
Elaborado pela autora.

4.2.4 Média de Número de Moradores por Domicílio

- Área do Rosário e entorno: 3,48.
- Área Praça da Matriz e entorno: 2,00.

Considerou-se para composição dos tipos de unidades domésticas a relação de parentesco com o responsável pelo domicílio, e o número declarado pelo entrevistado sobre a existência de famílias conviventes. Com essa composição chegou-se ao número médio de moradores por domicílio em cada região do estudo.

Gráfico 4 - Média número de moradores



Fonte: IBGE (2010).

Gráfico

4.2.5 Abastecimento de Água na Rede Geral e Canalização em pelo menos um Cômodo

Considerou-se a forma de abastecimento de água de cada domicílio, definindo por domicílios com acesso à canalização os que se encontram conectados à rede geral de distribuição, quando possuem poço ou nascente na própria propriedade ou na vizinhança.

- Área do Rosário e entorno: 89,3%.
- Área Praça da Matriz e entorno: 100%.

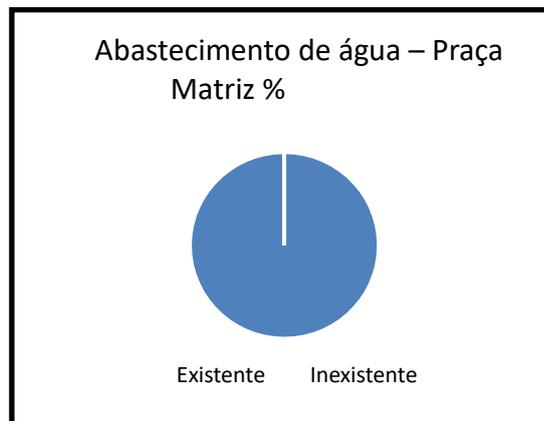
Gráfico 5 - Abastecimento de água – Alto Rosário %



Fonte: IBGE (2010).

Gráfico elaborado pela autora.

Gráfico 6 - Abastecimento de água – Praça Matriz %



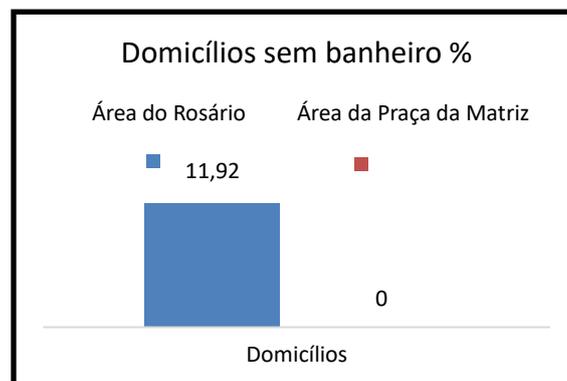
Fonte: IBGE (2010).
Gráfico elaborado pela autora.

4.2.6 Domicílios sem Banheiro

Segundo o IBGE (2010), considerou-se como banheiro o cômodo que dispunha de chuveiro, ou banheira, e aparelho sanitário.

- Área do Rosário e entorno: 11,92%.
- Área Praça da Matriz e entorno: 0%.

Gráfico 7 - Domicílios sem banheiro %



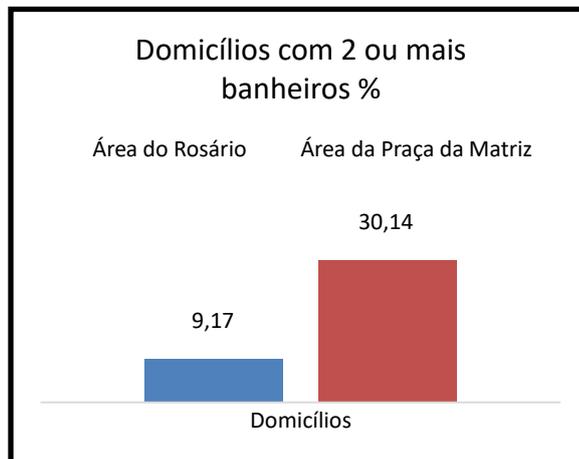
Fonte: IBGE (2010).
Gráfico elaborado pela autora.

4.2.7 Domicílios com 2 ou mais Banheiros

- Área do Rosário e entorno: 30,14%.
- Área Praça da Matriz e entorno: 9,17%.

Considerou-se a situação de esgotamento sanitário do banheiro, para fins de cálculo da quantidade em cada domicílio, os equipamentos canalizados às águas servidas e dos dejetos de rede geral de esgoto ou pluvial. Instalação de fossa séptica ou ecológica, quando ligada ao banheiro passando por processo de tratamento. Fossa rudimentar conectada a qualquer tipo de fossa rústica (negra, poço, buraco).

Gráfico 8 - Domicílios com 2 ou mais banheiros %



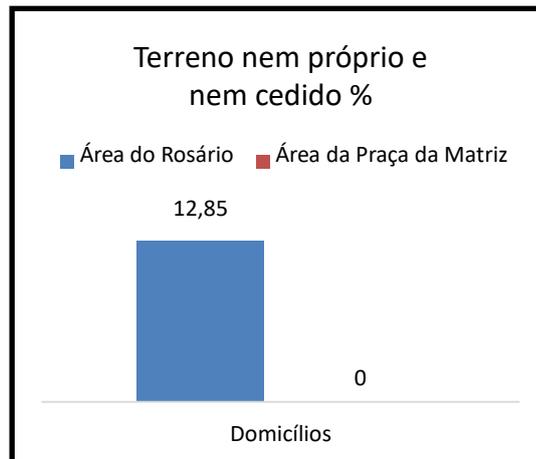
Fonte: IBGE (2010).
Gráfico elaborado pela autora.

4.2.8 Terreno Nem Próprio e Nem Cedido

- Área do Rosário e entorno: 12,84%.
- Área Praça da Matriz e entorno: 0%.

Considerou-se para classificação da condição de ocupação o domicílio particular nas situações de próprio quitado, próprio em aquisição (quanto ainda não estava integralmente pago), alugado (quando o valor era pago a outra pessoa ou até mesmo pelo empregador do morador), cedido quando a moradia era liberada pelo proprietário do imóvel como moradia para outra pessoa e família.

Gráfico 9 - Terreno nem próprio e nem cedido



Fonte: IBGE (2010).
Gráfico elaborado pela autora.

4.3 Explorações e relatos locais

Por meio de visitas de campo, observamos que o quadro construído muda inteiramente, em que fica perceptível os traços da urbanização, que cresce e desvaloriza o imóvel e a localidade. Contudo, não há indícios de transbordo crônico, o que indica uma boa política de resíduos na esfera municipal, sendo, inclusive, premiada e escolhida como referência no Estado de Minas Gerais – resultado inesperado da parte dos pesquisadores. Neste aspecto, a população está protegida.

Em relação à acessibilidade e às calçadas, estas praticamente não existem, e as que têm, sofrem interferências por obstruções pelo caminho do Alto do Rosário, dificultando a mobilidade. Além disso, não existe piso tátil – a grande maioria das calçadas possuem intervalos, e algumas ruas não possuem iluminação, além de que, em alguns pontos, nem ao menos existe o poste, e em outros, as lâmpadas encontram-se queimadas.

Quanto mais periférico, mais evidente se torna essa ausência nos planos orçamentários. Conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020 (para exercício em 2021), fica claro que, para a região do Alto do Rosário, a previsão de iluminação pública está destinada aos monumentos, ou seja, apenas à Igreja do Rosário. Dessa forma, a Praça da Matriz reforça a requalificação de uma área já qualificada, abastecida de inúmeros pontos de luzes, postes, delegacia de polícia e placas

comerciais.

Durante as visitas de campo, realizou-se um apanhado de entrevistas com o intuito de diversificar a idade, o sexo, a condição social, a profissão e a escolaridade dos entrevistados.

A partir dos resultados é possível analisar a apropriação individual dos entrevistados em sua área, as modificações criadas por eles em seus espaços e a visão que têm de sua localidade, além de conhecimento de passagens históricas e maneiras de viver e de ocupar.

Isso nos ajuda a compreender como os espaços são formados de experiências, refletindo na vivência de emoções. Sendo assim, a história das pessoas se funde à história da localidade (LIMA; SOUZA, 2015).

A forma como narravam seus espaços e os usos que faziam deles; sua relação com seus vizinhos e conflitos; sua compreensão de seus valores e significados; sua aceitação de sua soberania, bem como seus sentimentos em relação à sua localidade e sua conexão com ela; seus sentimentos em relação às outras pessoas, sua aceitação delas, suas relações com elas, bem como os conflitos que tiveram com elas; seus sentimentos em relação às autoridades, seu relacionamento com elas, seus conflitos e sua aceitação, eram todos diversificados.

Assim, no período de 01 de maio a 16 de junho de 2022, foram realizadas entrevistas com o objetivo de identificar a percepção dos cidadãos de Itaúna sobre a história e a identidade das suas áreas na centralidade da cidade. Foram entrevistados 10 moradores da área do Alto do Rosário e 10 moradores da área da Praça da Matriz.

As entrevistas aconteceram de maneira presencial, na casa de cada morador. O compartilhamento do conhecimento desses indivíduos foi fundamental para a consolidação do entendimento e a percepção do estudo de caso (ver Figura 39). Os relatos sobre o cotidiano desses moradores permearam lembranças passadas e recentes, de modo que interpretações do espaço misturavam esses dois momentos, criando dinâmicas socioespaciais.

A comunidade ativa e motivada é necessária para a sensibilização e a conscientização do cidadão, estimulando-o a participar dos processos coletivos.

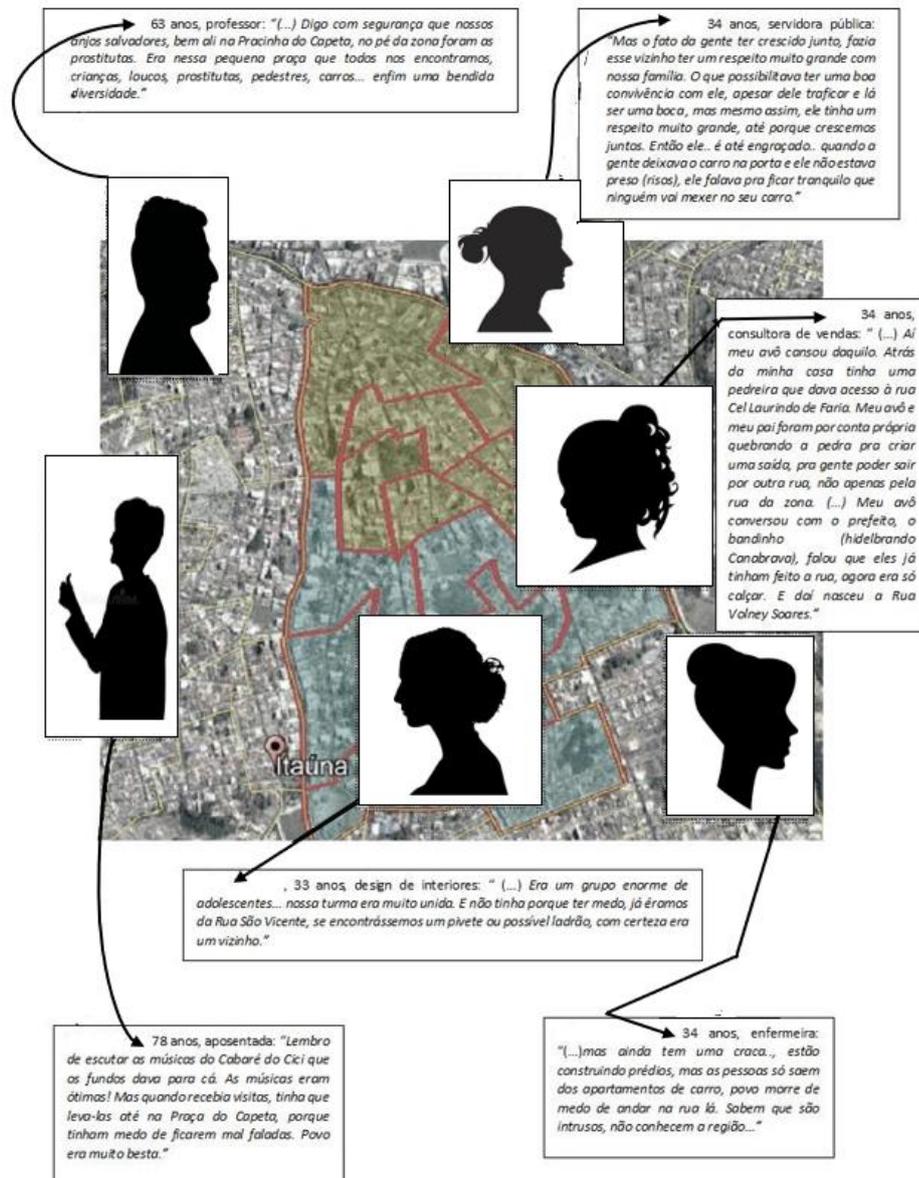
A melhor maneira de construir uma comunidade forte é criando um ambiente que incentive as pessoas a se conectarem e que as faça sentir confortável, além de

criar um senso de confiança dentro dela e garantir que todos se vejam0 seguros para compartilhar suas opiniões e ideias.

Os entrevistados também foram convidados a mostrar suas casas e seus lugares privados e manter as perguntas em mente. Desta forma, a exposição cruza-se com as dimensões pessoais e sociais dos entrevistados e revela-se o seu saber subjetivo.

Durante as entrevistas, foi necessário tratar com enorme delicadeza e complexidade, a abordagem mais dialogante com esses atores locais, que são testemunhas de regiões na mesma centralidade com um grande legado cultural específico e retrato de um dado momento da história da cidade.

Figura 38 – Entrevistas



Fonte: elaborado pela autora (2022)

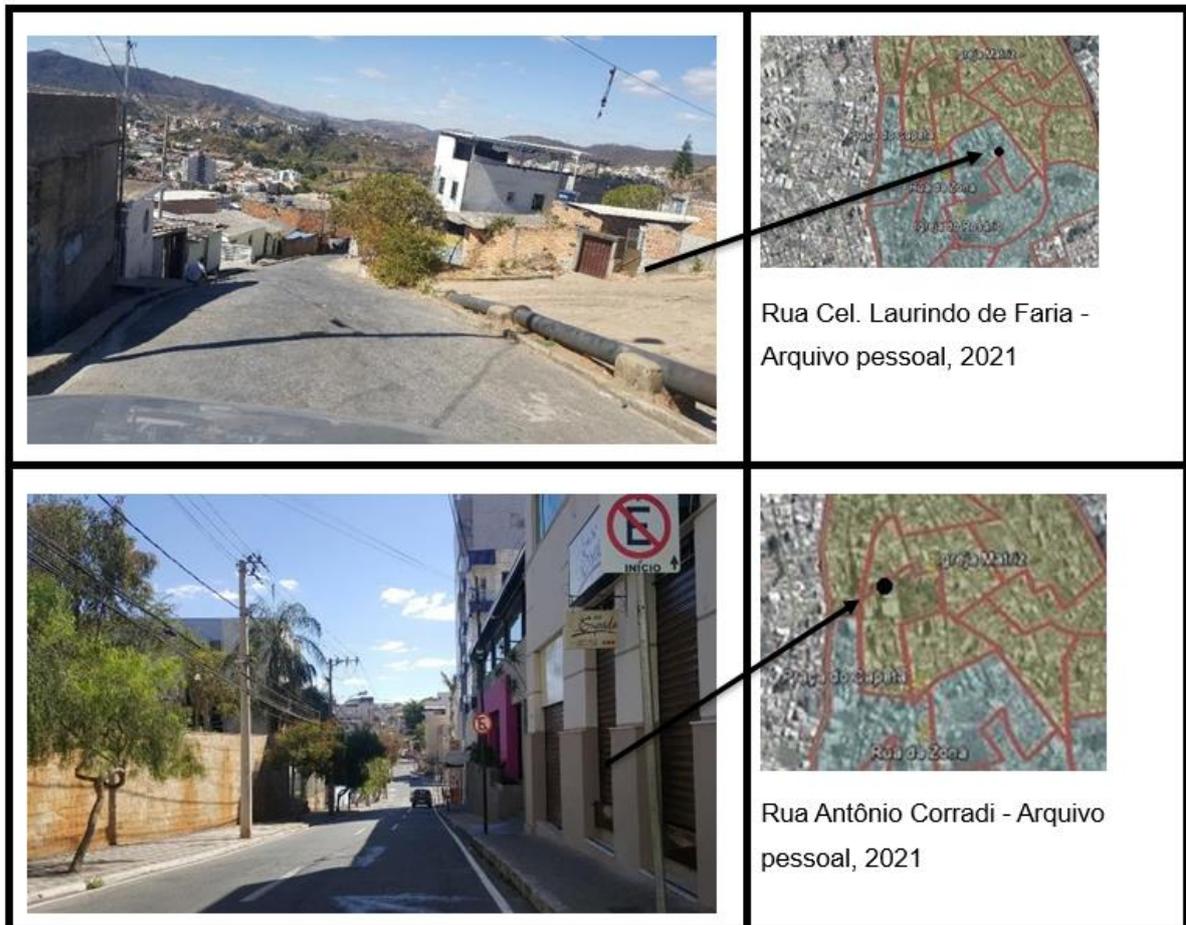
4.3.1 Equipamento Urbano

É definido como equipamento urbano todo tipo de bens públicos ou privados, comum e compartilhado, de utilidade pública, atribuído à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados, mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados.

Os equipamentos urbanos são úteis em todas as fases do ciclo de vida das cidades, desde o planejamento, projeto e construção de edifícios e infraestruturas até a manutenção e o desmantelamento destes posteriormente, bem como a sua

monitorização para a sua proteção e preservação. Estudá-los é vital para entender e planejar as cidades, de forma que se atente à insuficiência de infraestrutura e serviços.

Quadro 1 – Equipamento Urbano



Fonte: quadro comparativo elaborado pela autora (2022)

Para análise de equipamento urbano, foram selecionadas duas áreas de acesso à área residencial de cada uma das regiões.

As vias reforçam essa diferença na pavimentação, ausência de calçadas e de iluminação pública. A Rua Antônio Corradi possui sinalização, calçada, iluminação pública e até uma preocupação com arborização; porém, a Rua Cel. Laurindo de Faria encontra-se em situação precária de calçamento, com tubulação de esgoto exposta e ocupando área destinada ao pedestre, além de pouco investimento em iluminação.

Uma via pública bem iluminada permite que pedestres e motoristas vejam com clareza, sem medo de serem agredidos ou feridos. Além de redução de incidência de crimes, a iluminação pública também evita acidentes em meio-fio,

buracos e irregularidades nos espaços da calçada e na própria via.

Ademais, espaços com boa luminosidade favorece a sociabilidade, visto que a cidade se torna atraente para o uso e integra os espaços urbanos e as pessoas, garantindo qualidade de vida e exercício da cidadania.

Observa-se que, enquanto a Rua Antônio Corradi apresenta calçamento, calçadas regulares e acessíveis, paginação de piso antiderrapante e postes de iluminação, a Rua Cel. Laurindo de Faria é desprovida de tais investimentos.

Mesmo sendo uma rua mais acidentada, formada majoritariamente por funções residenciais, o acesso é ainda mais dificultoso pelos obstáculos, como o esgotamento sanitário exposto na calçada, além de nenhum tipo de iluminação e área com calçada muito estreita;

As lixeiras nas calçadas são essenciais para o correto depósito temporário do lixo produzido diariamente na cidade, sendo um critério de saúde pública, já que favorece a salubridade do meio, evitando a proliferação de animais que se tornam vetores de doenças. Além disso, resíduos jogados na rua causam a obstrução de bueiros, o que favorece alagamentos e enchentes, visto que a vazão e a permeabilidade são prejudicadas.

Esse, porém, é um equipamento que não encontramos em nenhuma das ruas analisadas.

Já a sinalização informa ao motorista quanto às medidas e à situação de sua circulação. As sinalizações verticais são instaladas ao lado das ruas ou suspensas, como placas de trânsito, velocidade, informação de curvas, declividades.

Ademais, existem as sinalizações horizontais, que são pintadas e inseridas na própria via, como faixa de pedestre, marcação de estacionamento e vagas para Pessoa com Necessidade Especial (PNE) ou idosos. Essas indicações, quando instaladas e recebendo as devidas manutenções, funcionam de forma a garantir a ordem e a segurança de todos os agentes e usuários do trânsito, seja como motorista, seja como pedestre.

Nas áreas em estudo, observa-se que a Rua Antônio Corradi possui ambas as sinalizações, vertical e horizontal, apresentando tanto informações de estacionamento, quanto delimitando as vias; além disso, encontra-se uma faixa de pedestre no entroncamento ao fim da rua. Já na Rua Cel. Laurindo de Faria não foi visto nenhum tipo de sinalização, nem mesmo informando sentido da via,

velocidade, estacionamento, não havendo nenhum tipo de orientação para os pedestres e motoristas.

Os entrevistados também foram convidados a mostrar suas casas e seus lugares privados e manter as perguntas em mente. Desta forma, a exposição cruza-se com as dimensões pessoais e sociais dos entrevistados e revela-se o seu saber subjetivo.

“Únicas lembranças boas que tenho aqui é Jesus e meu filho. Não gosto daqui. Não tenho lembrança boa daqui. Nessa casa aqui, eu conheci Jesus, Deus me resgatou. Deus me aceitou sem pedir nenhuma explicação. Todo lugar que eu vou me pedem CPF, identidade, nome do pai, nome da mãe, tudo.” (Entrevistado 10)

“Eu não sei alguma coisa boa daqui. Apesar de ser próximo do centro, não tem nada aqui. Nenhum comércio, nenhuma padaria. Um supermercado, nada. Tudo lá embaixo. Nada nada nada nada... só residência. Preciso descer pra fazer qualquer coisa. Ninguém pensa em fazer nada aqui perto, uma farmácia, um varejão, açougue, uma padaria. Nada. Eu fico 24 horas nessa casa sem abrir a porta nem da cozinha. Meu irmão que traz as coisas pra mim. Tudo tem que ir lá embaixo.” (Entrevistado 5)

A ausência de equipamento urbano foi sentida por todos os entrevistados da região do Alto do Rosário. Mas eram vivenciadas de maneiras divergentes. Parte dos entrevistados reclamavam da ausência, enquanto outros informavam que a distância era pouca para acesso a tais equipamentos.

“Aqui é bom sim. É tudo pertinho. 5 minutinhos e eu já estou na Praça. E lá tem tudo, tem escola, tem igreja, tem médico, tem banco. É muito perto pra chegar lá. Só descer o morro, você viu?” (Entrevistado 8)

O que evidencia a dependência da região da Praça da Matriz, reforçando o abismo social entre as áreas em estudo.

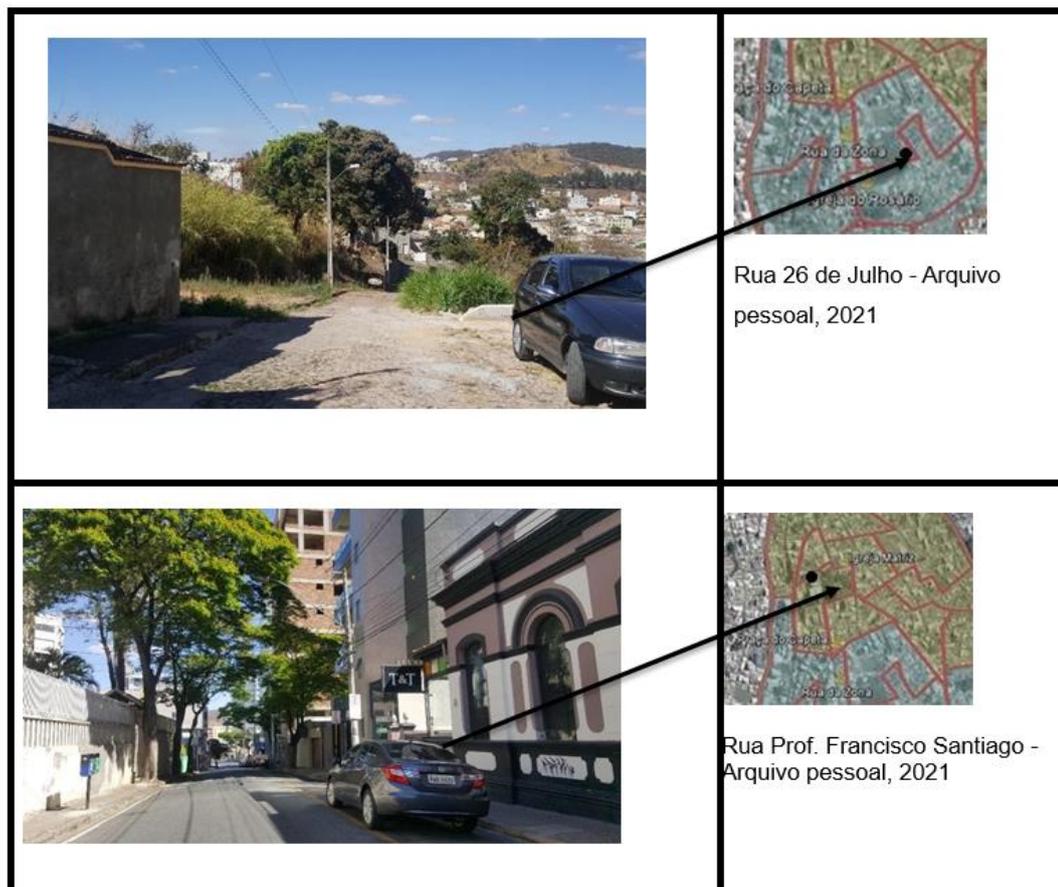
4.3.2 Arborização e calçadas

A vegetação que compõe a paisagem urbana é um dos componentes bióticos mais importantes das cidades. Entende-se como arborização urbana toda vegetação e área verde, como parques e praças das vias públicas. A arborização é um critério importante para melhorar o bioclima local, proporcionando umidade, sombreamento,

isolamento térmico e até mesmo acústico, pelo abafamento causado pelas copas das árvores.

As árvores plantadas de forma linear nas calçadas e nas avenidas fazem parte do plano de arborização de vias públicas. Mesmo sendo a vegetação das vias o elo mais próximo entre a natureza e a população que faz proveito desses espaços, ela é, por diversas vezes, negligenciada no planejamento dos órgãos públicos e esquecida pela falta de conscientização ambiental.

Quadro 2 – Arborização e Calçadas



Fonte: quadro comparativo elaborado pela autora (2022)

Arborizar a urbe transcende a engenhosidade climática, mas fomenta particularidades não apenas ecológicas, mas também históricas, culturais, sociais, estéticas e paisagísticas.

Somar cores ao cenário urbano, resgatar o homem apartado da natureza, promover identidade local e referência ameniza a neutralidade e a artificialidade dos espaços, além de reduzir a monotonia da pavimentação e alvenaria; ainda, elementos naturais, linhas suaves e cores trazem dinamismo à paisagem.

Nas ruas visitadas, observamos que na região do Alto do Rosário não existe

arborização urbana. A rua em destaque (Rua 26 de Julho) não possui nem mesmo calçada, porém, por ser uma rua sem saída, o máximo de arborização encontrada é da vegetação de um lote particular ao final desta, sendo considerada aquela com maior vegetação encontrada na região; as demais ruas possuem pouquíssima vegetação ou supressão total de área verde. Além disso, apesar de ser estreita, ainda assim existe uma via de mão dupla, sem acostamento.

Questionando os entrevistados sobre a ausência de arborização, poucos notaram a ausência. Mesmo assim, faziam relação direta de plantas e arbustos com criminalidade e uso de drogas.

“Não pode ter planta alta, que cresce muito. Vou ligar pra prefeitura vir podar. Eles ficam atrás dos arbustos. Eu morro de medo. Eles ficam ali atrás fumando droga. E ainda passam e desejam boa noite, bom dia. Nunca faltaram com respeito. Nunca me chamaram fora de hora.” (Entrevistado 17)

Estudando a área baixa da cidade, a região da Praça da Matriz, observa-se uma grande riqueza em vegetação, sendo está uma das mais arborizadas de todo o perímetro urbano da cidade.

A exemplo, colocamos a Rua Professor Francisco Santiago, onde existe sinalização de trânsito horizontal: a via é de mão única e possui área de estacionamento e acostamento, além de calçadas, arborização, mobiliário urbano – como lixeiras – e iluminação pública.

A rua possui árvores de grande porte em ambos os lados, oferecendo sombra, bioclimatismo agradável e redução de temperatura, muito importante por possuir pavimentação asfáltica.

A Rua Professor Francisco Santiago conta ainda com calçada em ambos os lados e com equipamentos urbanos como iluminação pública, lixeira, sinalização, tratamento de pavimentação e meio-fio.

4.3.3 Comércio e Serviços

O setor terciário da economia é formado por comércios, responsável pela oferta de mercadorias, e prestadores de serviços. Ademais, o setor é responsável por grande parcela da geração de emprego, além de ser dinâmico e diversificado, incorporando identidade local e refletindo na maneira que se apresenta no espaço.

Compreender o movimento e a intensidade dos fluxos urbanos e, assim, a

atração de atividades comerciais e de serviços, é uma das complexidades deste setor. Sua atuação reage às demandas locais e acaba fornecendo subsídios para políticas urbanas mais perseverantes; esse movimento tem sido objeto de estudos econômicos, geográficos e urbanísticos.

As atividades comerciais e de serviços abarcam diversas categorias, seja de domínio público, seja privado, principalmente por sua relação com o consumidor final, exigindo rápida adaptação em incorporar mudanças e entender as necessidades dos usuários a fim de atender sempre à demanda deles.

Quadro 3 – Comércio e Serviços



Fonte: quadro comparativo elaborado pela autora (2022)

O comércio altera as fachadas, cria movimento, interfere no espaço, gera fluxos, além de suprir a necessidade do morador local, diminuindo o deslocar em busca de um bem ou serviço. Desta forma, ele cria laços com atividades sociais e recreativas, seja através de observação, conversas ou movimento de pessoas, todo esse fluxo compõe, de forma espontânea, o viver a cidade, ocupar os espaços públicos e a contribuição direta para prolongamento do comércio.

Ressalta-se que é fundamental compreender que o desenho do espaço

precisa ser convidativo para a permanência do público local.

Observando as ruas das regiões em estudo, percebe-se que a área da Praça da Matriz é abastecida de todo tipo de comércio e serviços. Encontramos na sua região central: postos de gasolina, farmácias, restaurantes, banco, prefeitura, fórum, lojas de vestuário, eletrônicos, sapatarias, supermercados, eletrodomésticos, comércio moveleiro e salões de beleza, além de todo tipo de serviço, como consultórios e escritórios. Grande parte da atividade comercial e administrativa da cidade está concentrada no entorno da Praça da Matriz.

Aos finais de semana e em vésperas de feriados, acontece a Feirart (ver Figura 38), no largo da Matriz de Santana. A feira é formada por uma grande diversidade de produtos artesanais. O projeto é totalmente financiado, organizado pela prefeitura da cidade há mais de duas décadas.

Figura 39 - Feirart, 2022



Foto: Prefeitura Municipal de Itaúna, 2022.

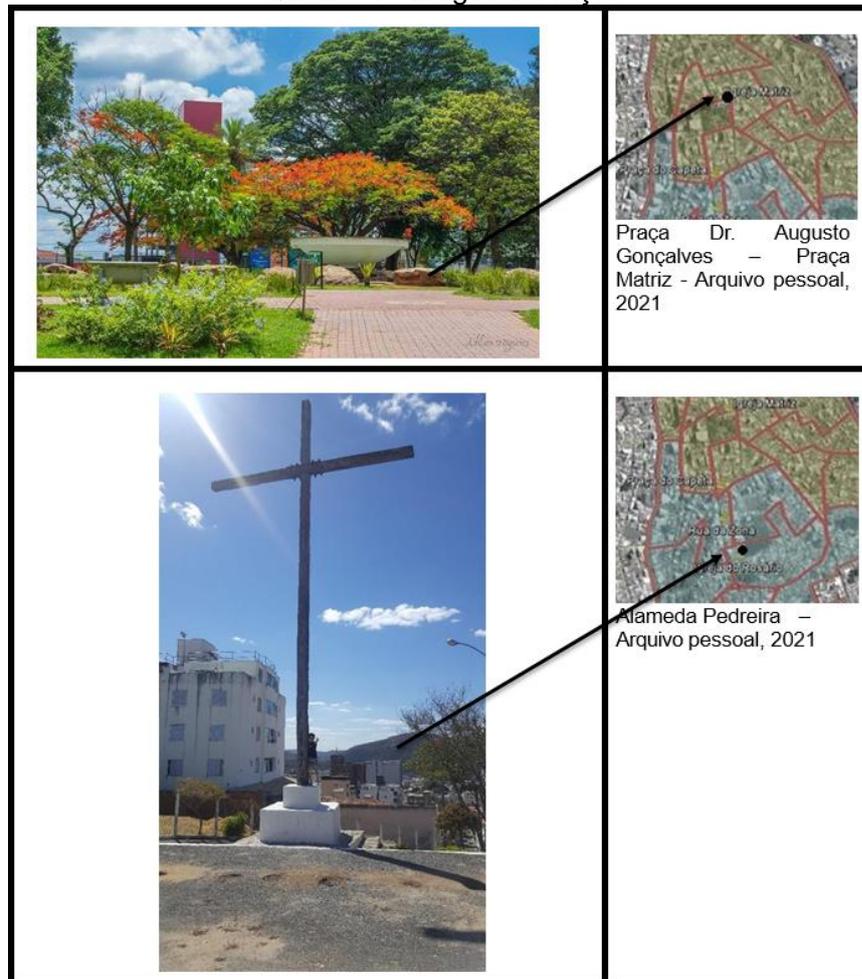
Observando a área do Alto Rosário, apontamos a ausência de serviços e poucos comércios locais, existindo apenas pequenos pontos de vendas, estes funcionando na casa dos próprios proprietários. Da mesma forma que encontramos algumas lojas, majoritariamente de vestuário, há alguns bares nas esquinas, mas nada muito expressivo.

4.3.4 Praças e Largos

Praças e largos são denominações para espaços públicos. Porém, existem diferenças urbanísticas entre eles. O largo, ou praça seca, é um espaço sem a

construção de equipamentos ou obstáculos aos usuários. “Largo” é uma nomenclatura que remete aos espaços públicos desde a época do Brasil Colônia, das cidades coloniais. Já o conceito “praça seca” está associado aos aspectos contemporâneos das praças e dos espaços públicos, em que a multifuncionalidade amplia as possibilidades de uso, daí a atualização do conceito.

Quadro 4 - Largos e Praças



Fonte: quadro comparativo elaborado pela autora (2022)

Multifuncionalidade é uma característica recente dos espaços públicos. Uma praça não é mais apenas uma área pública dedicada exclusivamente para o relaxamento, entretenimento ou a socialização. Pelo contrário, tornou-se uma área adequada para qualquer atividade, seja comercial ou não, adequada para todos os grupos sociais.

Em visita de campo às regiões em estudo, observamos que os espaços públicos das Igrejas são muito divergentes. Na Praça da Igreja da Matriz de Santana, a pavimentação é de tijolos intertravados, e o traçado dos jardins, além de protegido pelo decreto de tombamento e pelo Plano Diretor, possui ainda manutenção

periódica, iluminação, projeto de paisagismo, captação de água e reuso. Além disso, possui fonte luminosa, mobiliário urbano, como bancos, lixeiras, estações de jogos de cartas e dama, banca de revistas, entre outros.

Já na área do Largo da Igreja do Rosário, em frente não existe nenhuma praça, apenas um cruzeiro sem paisagismo, iluminação ou mobiliário urbano. O conjunto urbanístico das duas regiões é tombado por decreto e reconhecido a nível estadual pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA)/MG, porém, as qualificações e destinações são destoantes.

À medida que a entrevista abarcava questões do cotidiano e as atividades que envolvem as duas regiões em estudo, os entrevistados conduziram narrativas com grande pluralidade, mas que evidenciam questões socioeconômicas, como a origem dos sujeitos de cada espaço, como codinomes, apelidos para os espaços mais marginalizados, no caso exclusivamente a região do Alto do Rosário.

“Na minha infância a gente vivia ali, brincando a sombra do cruzeiro, enorme cruzeiro de madeira que ainda existe, em frente à Igreja, hoje Igreja do Rosário. E ali a gente assistia e participava com muita alegria das festas do Reinado, que é Congado de Itaúna. Uma festa muito antiga com muitas histórias. Ali em frente à Igreja era o início ou talvez o final da zona boêmia. Havia uma casa de prostituição que era chamado carinhosamente pelo povo de Cantinho do Céu, porque ficava lá no alto, em frente à Igreja do Rosário.” (Entrevistado 2)

Figura 40 – Vista Cruzeiro e Igreja do Rosário



Foto: Arquivo Público Municipal, 2015

Espaços públicos eram reconhecidos tanto pelos moradores da área como da região vizinha, como “Coreia”, “Zona”, “Laje”, “Praça do Capeta”. As relações socioeconômicas e os estigmas espaciais manifestados nas entrevistas ao relatarem sobre suas próprias vidas e sobre as práticas sociais de outros grupos, seja quando se remetem ao passado, seja quando descrevem o cotidiano atual.

“Ali pra baixo, em toda a extensão da Rua Gonçalves da Guia, era a zona de meretrícia, o Coreia. Era chamada de Coreia porque era um lugar de muita briga, confusão. Então o povo começou a chamar de Coréia, por conta da Guerra das Coreias, da Coreia do Norte e da Coreia do Sul. A rádio patrulha da polícia militar estava sempre por lá, para conter as brigas, os desordeiros, ameaçar algum mais revoltado ou mais embriagado. A vida era um pouco assim. E nós meninos que morávamos nas imediações, acabávamos passando ali o tempo todo. Para comprar as coisas, ir às vendas, que ficavam na parte baixa, ali na boca da Coreia, na Zona da Praça do Capeta, ou pra trabalhar.” (Entrevistado 3)

Durante as entrevistas, seja por relato de qualquer um dos entrevistados, em ambas as regiões, o encantamento pela região baixa, a área da Praça da Matriz era representada em diferentes cortes temporais.

“A praça da Matriz é maravilhosa. Comecei a tomar birinight. Tinha cinema, bar azul, bar rodoviário, ao lado da rodoviária que era uma portinha, tinha festa, carnaval, petisqueira.” (Entrevistado 8)

Em todas as entrevistas, observamos relatos de experiências em diversos momentos, alguns com certa nostalgia, mas com grande alegria pelo que foi vivido na região da Praça da Matriz.

4.3.5 Instituições Culturais e Educacionais

Instituições culturais e educacionais são estruturas sociais públicas ou privadas voltadas para a educação. As escolas favorecem a convivência, fomenta a tolerância, formação do cidadão, possibilita a troca de conhecimento, formação pensamento crítico e filosófico e amadurecimento intelectual.

As instituições de caráter cultural são fundamentais para criação de valores identitários, de forma que as pessoas se relacionam e atuam no processo de socialização, a comunidade se apropria da sua própria cultura e forma um sentimento de valorização.

As citadas instituições por meio de estratégias pedagógicas impactam na vida em comunidade, criando um espaço de interação entre aluno, família e a sociedade.

O acesso à educação tem sua importância reconhecida de forma expressa na Constituição Federal em seu Artigo 205 que diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

As práticas educativas determinam a transformação social. Por meio delas, acontecem um despertar do cidadão com consciência de como agir no meio em quem vivem.

Quadro 5 - Instituições Culturais e Educacionais



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Observando as áreas em estudo, constatamos a ausência total de instituições educacionais e culturais na região do Alto do Rosário. Porém, na área baixa, na região da Praça da Matriz estão implantadas todo tipo de escola e de espaços culturais. Selecionamos no mapa, as instituições públicas e particulares, tanto escolas de ensino fundamental, quanto de ensino médio. Escolas profissionalizantes, escolas de idioma, creches. Encontramos também o Museu Municipal e Biblioteca Pública.

4.3.6 Acessibilidade

A acessibilidade proporciona uma sociedade mais igualitária. Proporcionar a transição de todas as pessoas, projetando para as mais diversas necessidades dos usuários. É garantia que pessoas de todas as idades, mobilidade reduzida, necessidades especiais tenham seu direito de ir e vir assegurados sem oferecer riscos à sua segurança e integridade física.

Barreiras arquitetônicas, relevo, falta de manutenção ou até mesmo completa ausência de calçadas acabam excluindo ou limitando o convívio em sociedade de uma parcela da sociedade.

É fundamental que a cidade seja vista de forma mais inclusiva e de forma mais humana, de maneira que permita uma melhor qualidade de vida para todos. O transporte mais antigo e democrático é o locomover-se a pé. A mobilidade ativa também é a forma mais saudável tanto para as pessoas quanto para a própria cidade.

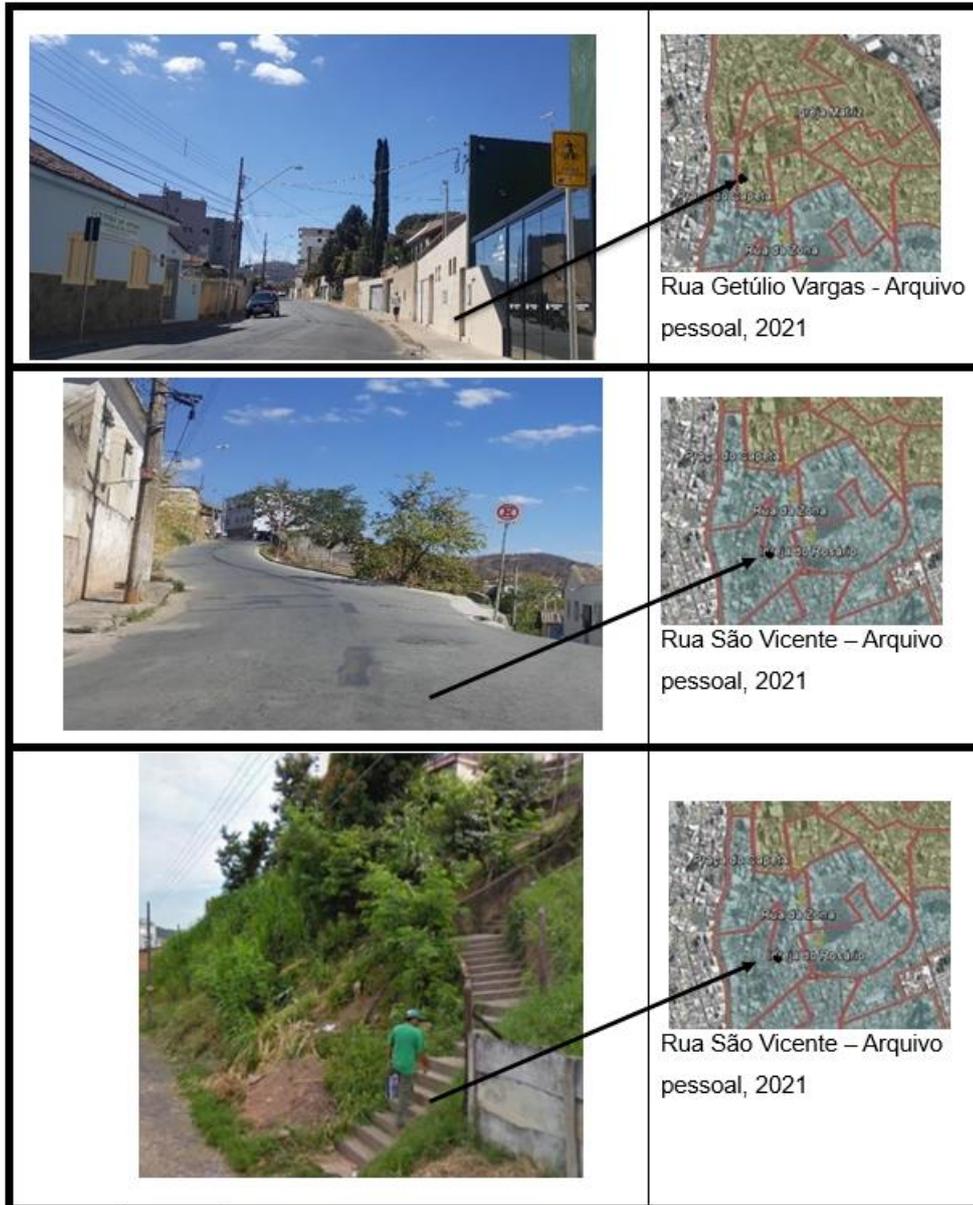
As calçadas que atendam às necessidades do planejamento urbano, com implantação de projetos de infraestruturas para pedestres são exemplos reais da implantação correta dos elementos que favorecem o caminhar, o viver a cidade de maneira segura e convidativa.

JACOBS (2009, p. 22) trata da importância das calçadas e apesar de essencial para a vida nas cidades é por muitas vezes negligenciada:

A calçada por si só não é nada. É uma abstração. Ela só significa alguma coisa junto com os edifícios e os outros usos limítrofes a ela ou a calçadas próximas. Pode-se dizer o mesmo das ruas, no sentido de servirem a outros fins, além de suportar o trânsito sobre rodas em seu leito. As ruas e suas calçadas, principais locais públicos de uma cidade, são seus órgãos mais vitais. Ao pensar numa cidade, o que lhe vem à cabeça? Suas ruas. Se as ruas de uma cidade parecerem interessantes, a cidade parecerá interessante; se elas parecerem monótonas, a cidade parecerá monótona. Mais do que isso, e retornando ao primeiro problema, se as ruas da cidade estão livres da violência e do medo, a cidade está, portanto, razoavelmente livre da violência e do medo. Quando as pessoas dizem que uma cidade, ou parte dela, é perigosa ou selvagem, o que querem dizer basicamente é que não se sentem seguras nas calçadas. Contudo, as calçadas e aqueles que as usam não são beneficiários passivos da segurança ou vítimas indefesas do perigo. As calçadas, os usos que as limitam e seus usuários são protagonistas ativos do drama urbano da civilização versus a barbárie. Manter a segurança urbana é uma função fundamental das ruas das cidades e suas calçadas.

Quanto mais as pessoas ficam temerosas em usar a rua, mais fortificado se torna a insegurança do espaço. É necessário aumentar o fluxo de pessoas, em horários diversos para revitalizar o espaço e assim aumentar a segurança.

Quadro 6 - Acessibilidade



Fonte: elaborado pela autora (2022)

As duas são vias de acesso para a praça de cada uma das áreas. A Rua Getúlio Vargas é uma via de ligação para a área central da Igreja da Matriz. A avenida é larga, com estacionamento, via dupla e sinalização de trânsito, tanto horizontal quanto vertical. As edificações são bem conservadas, moldurando a via. Existem calçadas dos dois lados da via, com presença de piso tátil .

Já a Rua São Vicente é estreita e possui área de barranco e pedreira,

notando-se a ausência de proteção e, também, de delimitação pela Defesa Civil.

Uma escadaria foi construída pelos próprios moradores para acesso à área mais alta, em frente à Igreja do Rosário. Essa escadaria tem sua manutenção pelos moradores, e usada para diminuir as distâncias e vencer o relevo.

Escadaria que faz a ligação da Rua São Vicente ao Alto do Rosário, foi edificada pelos próprios moradores, em terreno particular. A área é ponto de distribuição de drogas. É necessário informar que é morador para ter direito à passagem, mas normalmente os traficantes conhecem as pessoas da vizinhança.

Não existe ciclovia e nenhum tipo de proteção entre o pedestre e o trânsito, em nenhuma das duas regiões.

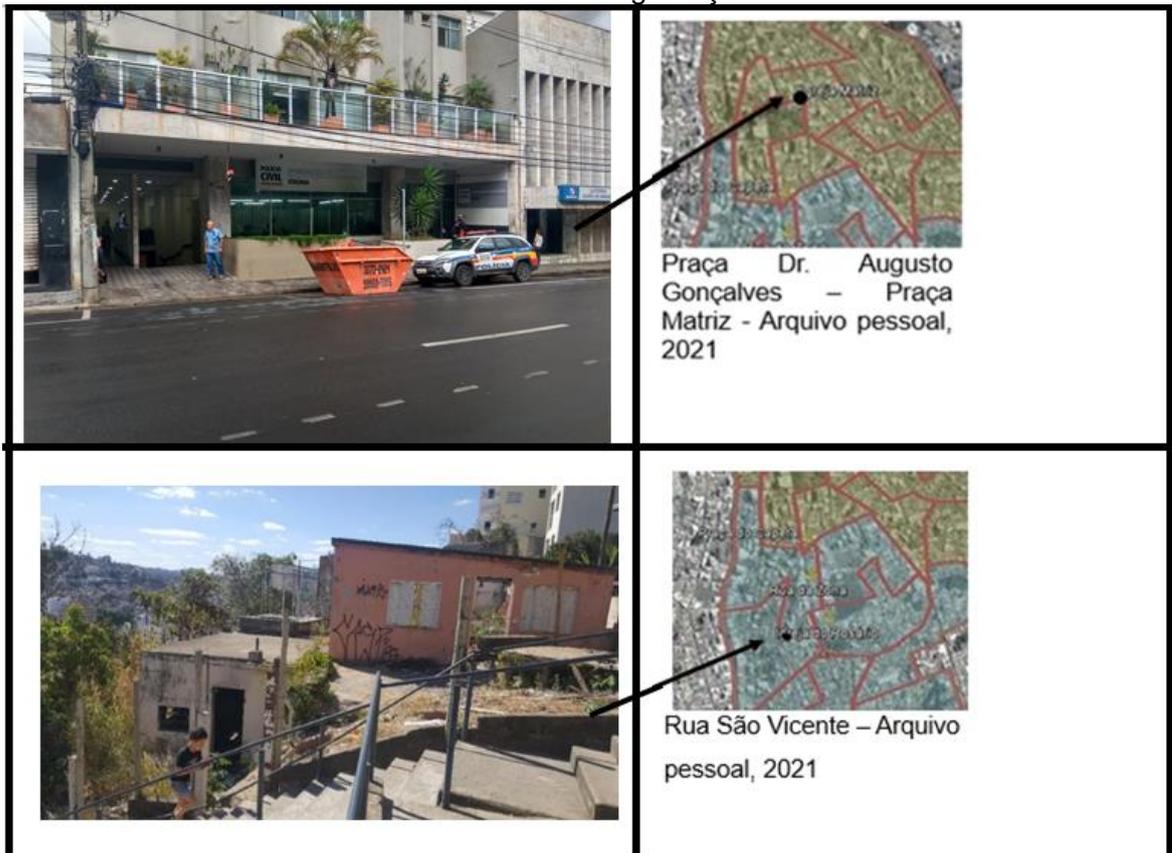
As pessoas ocupando os espaços públicos, movimentando as calçadas é um ponto já bem estudado na prevenção de crimes.

4.3.7 Segurança

A segurança pública trata de diversos dispositivos e de providencias para garantir à população potenciais danos e riscos à vida e ao patrimônio. Processos políticos e jurídicos destinados à garantia de ordem pública e a convivência pacífica na vida em sociedade fazem parte do espectro da segurança pública.

A segurança urbana é tema recorrente em estudos de urbanismo. A violência e criminalidade tem alterado o tecido urbano em diversos centro urbanos. Como dito no tópico anterior sobre acessibilidade, o movimento das pessoas nos espaços funciona como olhos e controle, porém as pessoas só utilizam o espaço quando se sentem seguras para fazê-lo.

Quadro 7 - Segurança



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Na região da Praça da Matriz existe uma delegacia da polícia militar, além de postos de policiamento fixo quanto móveis. Já na região do alto do Rosário, a região é fiscalizada por traficantes.

Segundo dados da polícia militar, a região é considerada Zona quente, que é a denominação utilizada para regiões com altos índices de criminalidade.

Zonas Quentes ou “hot spots” fazem parte do levantamento de dados para elaboração de um planejamento de políticas de segurança pública. A identificação dessas áreas, permite nortear a utilização de recursos públicos para conter a criminalidade - patrulhamento, câmeras de segurança, programas sociais preventivos.

Na foto em destaque, é a área da escadaria que dá acesso ao Alto do Rosário. Uma região extremamente vulnerável, onde o policiamento não possui relação com o espaço e muito menos com a comunidade, e as poucas vezes que ocorrem patrulhas é de maneira bastante autoritária e repressiva.

Existem edificações abandonadas, que são ocupadas por usuários de entorpecentes. O trânsito na escadaria é fiscalizado por traficantes, que acompanha

quem sobe e quem desce na região, principalmente quando são pessoas que não pertencem à comunidade.

A maioria dos entrevistados moradores do alto do Rosário, apresentam histórias similares ao preconceito sofrido em diversas situações quando informavam seus endereços. Da mesma maneira, os moradores da parte baixa, na região da Praça da Matriz, apresentavam, de maneira sutil, um receio com os moradores da parte alta da cidade.

“Tem 74 anos que moro aqui, no mesmo endereço, nasci aqui. Quando eu era criança, eu ia comprar coisas no mercado para essas “moças” pra ganhar uns trocados. Elas não eram muito bem recebidas. Então pagavam a gente. Quando eu começava a namorar com alguém, até eu contar que eu morava aqui. Eu mentia, falava que morava na Rua Cel. Laurindo de Faria. Senão não arrumava namorada, metia o pé na bunda. Pra subir essa rua aqui, as mães falavam para não olhar pra dentro. Fechavam o portão e mandavam ficar fechado dentro de casa. O Cici era todo fechado, esse cabaré era mais reservado. Os outros cabarés as moças ficavam no alpendre.” (Entrevistado 4)

“Tinha um barranco aqui, dava uns 2 metros até chegar na minha casa. E teve uma briga entre uma moça de cor e o namorado dela que correu atrás dela. Ela subiu no barranco, mas o namorado pegou ela e matou. Lembro de ver o sangue, aqui no fundo. Tinha muito assassinato, briga, tiro. Teve um moço que pulou a janela, fugindo... mas pegaram ele e mataram ele. Mas não mudava nada aqui, gosto de tudo aqui. Agora falo que moro na antiga Rua da Zona, rua do coreia com muito orgulho.” (Entrevistado 4)

Percebe-se pelos relatos uma discriminação e em alguns momentos o entrevistado procura propulsionar tanto a imagem positiva de as áreas, mas também evidenciar o contraste com sua envolvente urbana próxima. Os principais problemas referidos pela população são o mau ambiente, droga, falta de segurança e má vizinhança, além de uma manifesta insatisfação com as sociabilidades perdidas dentro da própria área, como a área vizinha.

“Eu te contei do caso? Mas não quero falar, porque ninguém sabe que eu estava lá. No dia que fui trocar moeda pra fazer troco e eu vi um rapaz matando outro, de dia. Naquela quadra ali, bem em frente. De vez enquanto matam uns aqui, mas normalmente mais pra tras, atrás da Igreja.” (Entrevistado 12)

A área da Praça da Matriz e a área do Alto do Rosário são regiões dentro de uma mesma centralidade com forte apelo social e espaços tradicionais dentro do município. Porém são regiões que mesmo limítrofes, possuem uma grande desarmonia, um grande abismo social que se observa também na fala dos entrevistados.

Com relatos desde o uso de materiais desvalorizados, escassez (ou total ausência) de espaços públicos e de qualquer tipo de equipamento urbano. O Alto do Rosário foi negligenciado e ocupado sem arranjo em seus espaços exteriores, tornando o espaço estigmatizado, e assim segregado de serviços e de comunidade urbana. Essa ausência de investimento, de políticas públicas, urbanidades tendenciam a perpetuação da estigmatização existente mesmo se passando tantos séculos do momento histórico que mudou a polaridade da região.

Sendo assim, verifica-se a hipótese apresentada neste caso em estudo, de que os processos patrimoniais e culturais foram determinantes na configuração urbana atual da cidade, ao propiciar um cenário segregador e discriminatório em termos de investimentos públicos e privados e ocupação do solo, em áreas vizinhas de um mesmo bairro na cidade de Itaúna.

A pesquisa aqui apresentada em suas várias dimensões de estudo, nos permitem repensar a localidade, sua história e dinâmicas próprias que, com auxílio teórico, estatístico e social, configuraram nossas conclusões junto do alcance dos objetivos lançados.

5 CONCLUSÃO

Visto que o objetivo principal deste trabalho foi estabelecer relações entre o momento histórico do lugar estudado e suas dimensões funcionais, econômicas e sociais, buscou-se, por meio da pesquisa de algumas variáveis que interferem no retrato morfológico e social de setores urbanos, a comparação entre localidades próximas de uma mesma cidade, distantes apenas três quilômetros, mas que possuem desempenhos e características físico-funcionais distintas; desta maneira, consideramos ter alcançado o objetivo traçado pois a condução da pesquisa nos permite considerar que o momento histórico de 1853, em que ocorreu a troca dos oragos das Igrejas foi determinante para a configuração urbana da cidade.

Quanto aos cinco objetivos específicos, consideramos também tê-los alcançado. O primeiro objetivo específico, para produção de levantamento histórico da cidade, foi atendido por meio de análise documental que pode ser acompanhando no capítulo 3 com título “Contexto histórico-social”. Já o segundo objetivo específico, produção de levantamento de dados socioeconômicos das duas centralidades, foi atendido por meio de análise dos dados do recenseamento de 2010, que está explicitado no capítulo 4.2 com título “Censo IBGE 2010”. O terceiro objetivo, levantamento dos equipamentos urbanos das áreas, foi atendido por meio de visitas de campo, que pode ser consultado no capítulo 4.3 com título de “Explorações e relatos locais”. O quarto objetivo, investigação da assimilação local, aconteceu por meio das entrevistas e visita de campo, que pode ser observado em todo capítulo 4.3 com título “Explorações e relatos locais”. O quinto objetivo, correlacionar os dados das duas centralidades foi atendido em todo quarto capítulo, com título de “Análises”.

Quanto ao processo de pesquisa, o estudo de caso adotado - uma cidade - foi abordado a partir da relação entre momentos ou passagens históricas locais e a arquitetura, de forma a descrever como esse vínculo influenciou na configuração urbana de duas regiões limítrofes na área central da cidade de Itaúna, no Centro-Oeste Mineiro. Apesar de propínquas, são polarizadas e segregadas em questões socioeconômicas, havendo um abismo em planejamento urbano e qualidade de vida. Por meio dessa relação, investigou-se quão relevante foi a existência de um patrimônio material e imaterial na criação de áreas de diretrizes especiais (ADE) – que tiveram seu uso modificado ao longo do tempo, bem como a respectiva

ocupação.

O ponto chave consistiu no estabelecimento de relações entre fatos histórico-culturais e alterações urbanas no tecido das cidades. O evento histórico da alteração de oragos que, de maneira elitista, mudou a sistemática da cidade, alterou também a polarização e transformou uma área sacra em uma área profana, desde os usos até as nomeações. Em contraponto, transformou a parte baixa da cidade em área nobre. O estudo, então, exemplifica essas duas áreas de diretrizes especiais (ADE Alto Rosário e ADE Praça da Matriz) na cidade de Itaúna, em Minas Gerais, os eixos norteadores da presente pesquisa.

Da análise histórica, observa-se que o fato de maior relevância nesse corte temporal em estudo foi a troca de oragos, em 1853, pois a área foi rapidamente transformada, na sua utilidade, de santo para profano. Houve, assim, uma ruptura como ponto de encontro da classe mais favorecida para uma área marginalizada, esquecida no que se refere a planejamento urbano e a políticas econômicas e sociais.

Da análise documental, depreende-se que, no uso e na ocupação do solo, no Plano Diretor e nas leis de diretrizes urbanas, não houve preocupação em requalificar, valorizar ou investir na região precária.

Das análises estatísticas das duas áreas em estudo, verifica-se que aparecem discrepâncias entre os índices de renda, anos de estudo, quantidade (ou ausência) de banheiros, rendimento mensal, abastecimento de água na rede geral e terrenos ocupados sem cessão ou próprio.

Da visita de campo, observa-se uma considerável mudança na paisagem, no trecho de três quilômetros que separam as áreas. O caminho já torna visível ao examinamos o calçamento, passeio ou calçada, a iluminação pública, a falta de equipamentos urbanos, as condições precárias de moradias e a ausência de praças, pontos de encontro e paisagismo. Esse percurso foi registrado por fotografias que posteriormente auxiliaram nas reflexões e composição deste trabalho. As entrevistas foram necessárias para permitir um relacionamento direto com o espaço, tornando mais eficiente o entendimento das observações e respostas obtidas. A inter-relação entre a visita de campo e as entrevistas proporcionou experiências sociais e cotidianas com o território estudado.

Diante dessas considerações, por meio da metodologia utilizada (análise histórica, pesquisas documental e bibliográfica, legislação vigente, visita de campo e

entrevistas), concluiu-se que, nos tópicos em estudo, foi significativa para que houvesse essa polarização e segregação das áreas (mudança de *status* e da paisagem) o momento histórico da troca de oragos, em 1853.

Este trabalho verificou a hipótese de que o componente histórico tem um peso considerável, visto que foi responsável por fazer com que duas áreas tão próximas na mesma cidade fossem segregadas, sendo a área da Igreja do Rosário um local de baixa qualidade de vida, marginalizada. Com a análise, observa-se ainda a importância das políticas públicas para a alteração deste quadro, já que há apenas a requalificação de áreas já qualificadas.

Um evento que teve sua motivação há um século e meio atrás “selou o destino” de áreas lindeiras na cidade de Itaúna. Foram 164 anos construindo e disseminando a cultura da diferença e do preconceito, reforçada pelas ações do poder público local, que insistiu em qualificar áreas já qualificadas da cidade. Enquanto em outras cidades as áreas consideradas nobres situam-se em locais topograficamente privilegiados, cuja altura permite maior controle e confere atributos simbólicos de dominação, a troca dos oragos, motivada por uma convivência momentânea do grupo dominante, conferiu *status* contrário às áreas melhor localizadas topograficamente, o que impediu até mesmo que a força do mercado de terras pudesse colaborar com alternativas.

Como resultado, tem-se um quadro construído de uma cidade periférica em área central, cujos atributos do terreno natural e posição no sítio geográfico não foram capazes de mudar a qualidade do assentamento. Além disso, disseminam imaginários carregados de medo e preconceito ao estigmatizarem áreas como cenários perigosos, promíscuos, profanos, mundanos e incertos - enfatizando partes de uma história, exagerando outras, esquecendo ou silenciando outras, sob a conveniência de poucos.

Existe, assim, a necessidade de trazer políticas que busquem a acessibilidade, a instalação de equipamentos e a recuperação de espaços públicos nas áreas carentes, além de implementar ações sociais e culturais de caráter educativo que visem mitigar o estigma social gerado historicamente em uma das áreas da cidade aqui abordada.

Não percebemos, na pesquisa documental e na análise do sítio, qualquer tentativa do poder público para minimizar os impactos consequentes da história e da cultura, fadando os moradores a conviverem com o reforço das ações

governamentais sem que busquem corrigir essas distorções. Sabe-se que o cenário empobrecido da parte alta enaltece e reforça a riqueza do bairro mais nobre, tornando, assim, esse paradoxo necessário e necessário que seja mantido pelas elites.

Assim, depreende-se do trabalho que, apesar do peso patrimonial-histórico nessas áreas, o poder público deve agir na melhoria dessas regiões por meio de investimentos na escala local, a partir do pressuposto ideal de que a cidade existe para todos e, como tal, deve despir-se de interesses de classe e qualificar as áreas que realmente necessitam de qualificação espacial.

Várias são as alternativas para este fim, como a construção de equipamentos públicos, projetos de acessibilidade, investimento de iluminação pública regularização fundiária.

A esfera municipal possui, assim, grande responsabilidade na leitura dos espaços urbanos e na constituição de uma lógica de intervenção urbana que deverá extrapolar os limites comuns trabalhados pelo planejamento urbano, além de promover um resgate dos valores históricos, por meio da educação patrimonial, a valorização dos bens imateriais e materiais e a consequente requalificação urbana.

Esse estudo não se esgota nesta pesquisa, pode-se aprofundar, por exemplo, nas coletas de dados do Censo Demográfico que será realizado nos próximos meses. A data prevista para o Censo Demográfico realizado pelo IBGE seria 2020, porém, devido à pandemia COVID-19, o recenseamento foi postergado para o segundo semestre de 2022. Desta forma, sugere-se atualização dos dados que serão obtidos nesse levantamento, podendo servir de comparativo, por meio de mais um corte temporal.

Ainda, pode-se desenvolver uma pesquisa aliando as novas alterações no tecido morfológico de Itaúna, como a mudança do centro administrativo para região sul da cidade, na área final da Av. Jove Soares (Prainha). Nessa região será instalado a Prefeitura Municipal e o Fórum da cidade de Itaúna, acredita-se que esse deslocamento possa interferir no tecido urbano e caberia um estudo e atualização das áreas do Alto do Rosário e da Praça da Matriz com o impacto da criação desse novo centro.

REFERÊNCIAS

- ALAMY. **Vista aérea Palmanova**. 1 Figura. [S. l.]: Alamy.com, [2021]. Disponível em: <https://www.alamy.com/italiano-vista-aerea-della-citt-di-palmanova-this-file-is-lacking-author-information-68-palmanova-aerea-image208289467.html>. Acesso em: 18 out. 2021
- ALCÂNTARA, Antônio Pedro Gomes de. A aparência das coisas. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 29, p. 171-197, 2001.
- ARANTES, Antonio A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 4, n. 1, p. 425-435, 2009.
- COSTA, Cristiane Aparecida; COSTA, Fabiana Gorricho. A educação como instrumento na construção da consciência ambiental. **Nucleus**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 1-20, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Ensaios sobre o conceito de cultura**. São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras, 2012.
- BOSCHI, Caio César. **Achegas à História de Minas Gerais (séc. XVIII)**. Portugal: Universidade Portucalense, 1994.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 dez. 2019.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro: [s. n.], 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 18 out. 2021
- BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília: Planalto, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 18 out. 2021
- CARVALHO, David de. *In*: ANUÁRIO DOS ASPECTOS HISTÓRICOS DE ITAÚNA, 2001, Itaúna. **Anais** [...]. Itaúna: Vile, 2001.
- CERÁVOLO, Ana Lúcia. **Interpretações do patrimônio: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, anos 1930-60**. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. **São Paulo**, 1999.

CORBUSIER, Le. **Planejamento urbano**. Tradução de Lúcio Gomes Machado. São Paulo: Perspectiva, 1971.

COSTA, Karla Tereza Ocelli Arturos. **Filhos do Rosário**: nas práticas sociais, uma história que se revela na Festa de Nossa Senhora do Rosário. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Belo Horizonte, 2013.

CARTA de Atenas. **Cadernos de sociomuseologia**, [s. l.], v. 15, n. 15, 1999.

VARINE-BOHAN, H. A 'Fragmentado. **Museu**: Museu do Homem e da Indústria, Le Creusot-Montceau-les-Mines', Local, Museu 25.4, p. 242-249, 1973.

DE VARINE-BOHAN, Hugues. A 'fragmented'museum: the Museum of Man and Industry: Le Creusot—Montceau-les-Mines. **Museum International**, v. 25, n. 4, p. 242-249, 1973.

DISTRITO FEDERAL. Lixão Estrutural, sem data. Distrito Federal: [s. n.], [2021]. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/lixao-da-estrutural-estudo-projeta-descontaminacao/> Acesso em: 18 out. 2021.

DORNAS FILHO, João. **Itaúna, contribuição para a história do município**. Itaúna: [s. n.]: 1936.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Unesp, 2005

GEERTZ, Clifford. **O saber local**. Petrópolis: vozes, 1997.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras, 2002.

GIOVANNONI, Gustavo; MANDOSIO, Jean-Marc; CHOAY, Françoise. **L'urbanisme face aux villes anciennes**. Local: Éditions du Seuil, 1998.

GOFFMAN, Erving. **Estigma e identidade social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

GOMES, Laurentino. **Escravidão–Vol. 1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Globo Livros, 2019.

Google Earth website. <http://earth.google.com/>, 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2022.

HOLANDA, Frederico de. **O espaço de exceção**. Brasília. Universidade de Brasília, 2002.

HOLANDA, Frederico de. Uma ponte para a urbanidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 5, p. 59-76, maio 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Documentação do Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO CULTURAL MARIA DE CASTRO NOGUEIRA. **Local de retirada das pedras para fundação da Matriz de Santana**. 1 figura. Local: Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, década 30.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO (Minas Gerais). Comunidade dos Arturos – 2014. 1 figura. Minas Gerais: IEPHA/MG, 2014. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco-es/patrimonio-cultural-protegido/bens-registrados/details/2/2/bens-registrados-comunidade-dos-arturos>. Acesso em: 18 out. 2021.

ITAÚNA EM DÉCADAS. Missa Campal após demolição da antiga Igreja do Rosário. Itaúna: Itaúna em Décadas, 2012. Disponível em: <https://itaunaemdecadas.blogspot.com/>. Acesso em: 18 out. 2021.

ITAÚNA (Município). **Arquivo Público Municipal de Itaúna**. 4 imagens. Itaúna: Arquivo Público Municipal de Itaúna, 1920, 1948, 2015, 201-?.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo. 2009.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **Ensaio sobre o pensamento urbanístico**. Brasília: UnB, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Local: Minnesota Press, 2003.

LEFEBVRE, Henri; KOFMAN, Eleonore; LEBAS, Elizabeth. **Escritos sobre cidades**. Oxford: Blackwell, 1996.

LIMA, Sheila Silva; SOUZA, Maria de Almeida. A importância do espaço para as experiências e emoções de pessoas com sofrimento emocional: refletindo sobre solidão e possibilidades. **Revista Latino-americana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**, Argentina, n. 19, p. 45-57 2015.

LYNCH, Kevin *et al.* **A imagem da cidade**. Imprensa do MIT, 1960.

MARQUES, Moacyr Moojen. O papel do desenho urbano no planejamento e gestão da cidade. In: GONZALES, S. F. N.; FRANCISCONI, J. G.; PAVINI A. Planejamento e Urbanismo na atualidade brasileira: objeto, teoria e prática. 1 ed. São Paulo: Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013.

MUSEU MUNICIPAL DE ITAÚNA. **Acervo do Museu Municipal de Itaúna**. 3 figuras. Itaúna: Museu Municipal de Itaúna, 1920, 1988.

NOGUEIRA, Guaracy de Castro. **Itaúna em Detalhes**: Enciclopédia ilustrada de

pesquisa. Itaúna: Jornal Folha do Povo, 2003.

NOVAIS, Fernando Antônio. **Saga**: a grande história do Brasil. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

OLIVEIRA, Sueli do Carmo. **O reinado nas encruzilhadas do catolicismo**: a dinâmica das comunidades congadeiras em Itaúna/MG. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2011.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28.

PARÓQUIA DE SANTANA. **Acervo Paróquia de Santana**. Itaúna: Paróquia de Santana, 1934, 1935, 1938, 1960.

PREFEITURA DE ITAÚNA. **Mapa Centro-Oeste Mineiro**: ênfase município de Itaúna. Itaúna: Prefeitura de Itaúna, [2021] Disponível em: <https://www.itauna.mg.gov.br/portal/servicos/1008/localizacao/> Acesso em: 18 out. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA. **Lei complementar n. 49, de 21 de outubro de 2008**. Institui o Plano Diretor do Municipal de Itaúna [...]. Itaúna: Prefeitura Municipal de Itaúna, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA. **Acervo**: Arquivo público municipal de Itaúna. 1 figura. Itaúna: Prefeitura de Itaúna, 1999. Acesso em: 18 out. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA. **Acervo Museu Municipal Francisco Manoel Franco**. 2 figuras. Itaúna: Museu Municipal Francisco Manoel Franco, 1950.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA. Feirart, 2022. 1 figura. Itaúna: Prefeitura de Itaúna, 2022. Acesso em: 18 out. 2021.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. **Princípios bioclimáticos para o desenho urbano**. SciELO- UnB, 2013.

SALLES, Julianna. **Dona Sãozinha**: Rainha maior do Reinado Itaúna. Local: [s. n.], 2010.

SANTÍSSIMA TRINDADE, D. F. J. DA. **Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/IEPHA, 1998.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, Vol. 8, 2007.

SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, Miguel Augusto Gonçalves de. **História de Itaúna**. Belo Horizonte: Littera Maciel, 1986. Volumes I e II.

SOUZA, Miguel Augusto Gonçalves de. **Itaúna: 1765/2002**. Belo Horizonte: Santa Clara, 2002.

TV CIDADE ITAÚNA. **Bloco “Deu no que deu”**: Carnaval 2021. Itaúna: TV Cidade Itaúna, 2021. Acesso em: 18 out. 2021.

VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão**: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial. Petrópolis: Editora Vozes, 1986, p. 156.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

“Dinâmicas históricas na apropriação de um lugar: o caso da cidade mineira de Itaúna, entre a patrimonização e a segregação”

Instituição do/a ou dos/(as) pesquisadores(as): CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
Pesquisador(a) responsável TALITA ALVES MORAIS E RABELO

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia ~~do mesmo~~.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo específico deste estudo é entender a relação entre momentos e passagens históricas locais e a arquitetura, descrevendo como esse vínculo influenciou o planejamento urbano.
- Você está sendo convidado a participar exatamente por ser morador ou possuir alguma relação com as áreas em estudo na cidade de Itaúna (MG), a região do Alto do Rosário e/ou a região Praça da Matriz.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder a uma entrevista com roteiro ~~semiestruturado~~ sobre sua região de moradia.
- O/os procedimento(s) é/são responder a perguntas de um roteiro de entrevista semiestruturado.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- A pesquisa será realizada na residência do entrevistado.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui riscos mínimos, cujos procedimentos não sujeitam os participantes a riscos maiores do que os encontrados nas suas atividades cotidianas.
- Medidas preventivas serão perguntas simples e claras para evitar constrangimentos, discrição e preservar identidade do entrevistado serão tomadas durante a entrevista e na análise de dados a fim de minimizar qualquer risco ou incômodo.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Com sua participação nesta pesquisa você ~~estará contribuindo~~ para melhor entendimento dos espaços urbanos em estudos na cidade de Itaúna, além de contribuir para maior conhecimento sobre dinâmica histórica no planejamento urbano e valorização dos espaços_____.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

ceub.br | SEPN 707/907, campus Asa Norte, CEP: 70.790-075, Brasília - DF •
3966-1201

Rubrica do participante:
Rubrica do pesquisador:

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- Os dados e instrumentos utilizados (por exemplo, gravação de som e entrevistas) ficarão guardados sob a responsabilidade de Talita Alves Morais e Rabelo com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e arquivados por um período de 5 anos; após esse tempo serão destruídos.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/Uniceub, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966-1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, ____ de _____ de _____.

Participante

Talita Alves Morais e Rabelo
morais.talita@sempreceub.com.br, (61)99168-3396

Endereço dos(as) responsável(eis) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Instituição: Centro Universitário de Brasília

Endereço: 707/907 – Campus Universitários=
/Complemento:

Bloco: /Nº:

Bairro: /CEP/Cidade: 70790-075

Telefones p/contato: (61)3966-1201

ceub.br | SEPN 707/907, campus Asa Norte, CEP: 70.790-075, Brasília - DF +
3966-1201

Rubrica do participante:
Rubrica do pesquisador:

Endereço do(a) participante (a)

Domicílio: (rua, praça, conjunto):

Bloco: /Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

Observações em relação às pesquisas com metodologias experimentais na área biomédica, envolvendo seres humanos

O TCLE deve incluir:

- a) a explicitação, quando pertinente, dos métodos terapêuticos alternativos existentes;
- b) o esclarecimento, quando pertinente, sobre a possibilidade de inclusão do participante em grupo controle ou placebo, explicitando, claramente, o significado dessa possibilidade.

O TCLE não pode exigir do participante da pesquisa, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido não deve conter ressalva que afaste essa responsabilidade ou que implique ao participante da pesquisa abrir mão de seus direitos, incluindo o direito de procurar obter indenização por danos eventuais.

Contato de urgência: Sr(a).

Domicílio: (rua, praça, conjunto)

Bloco: /Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

|

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Roteiro da Entrevista Semiestruturada

As perguntas passaram por um pré-teste em outubro de 2021.

A seleção dos entrevistados aconteceu por tempo de moradia em cada localidade, indicação dos próprios moradores ou dos representantes de bairros.

O objetivo é entender como cada morador entende a sua região e sua relação de pertencimento e identidade com a localidade.

As entrevistas aconteceram de forma presencial, na casa do morador. Durante o pré-teste, fizemos uma pesquisa de aceitação e o uso de tecnologia *online* não foi muito aceito, já o presencial teve maior aceitação – desde que fosse aguardado o tempo da vacinação nas duas etapas (Covid-19).

Roteiro da Entrevista Semiestruturada para moradores da região baixa: Praça da Matriz

Há quanto tempo mora na localidade?

Qual a melhor lembrança nesse tempo de moradia?

Qual a melhor qualidade, ou fator, que considera como benefício da região?

Qual lembrança, ou alguma passagem não muito boa, de algum acontecimento na região?

O que você modificaria na localidade?

Você conhece a Região do Alto do Rosário?

O que considera mais positivo e mais negativo na região do Alto do Rosário?

Roteiro da Entrevista Semiestruturada para moradores da região alta: Alto do Rosário

Há quanto tempo mora na localidade?

Qual a melhor lembrança nesse tempo de moradia?

Qual a melhor qualidade, ou fator, que considera como benefício da região?

Qual lembrança, ou alguma passagem não muito boa, de algum acontecimento na região?

O que você modificaria na localidade?

Você conhece a Região da Praça da Matriz?

O que considera mais positivo e mais negativo na região da Praça da Matriz?